

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

LUÍS GUSTAVO RUWER DA SILVA

**"NÃO TINHA ÁGUA PARA TOMAR QUEM DIRÁ PARA CONTROLAR O FOGO":
conflitos socioambientais e a luta pela vida no Morro Santana, em Porto Alegre-RS**

Porto Alegre, maio de 2021.

LUÍS GUSTAVO RUWER DA SILVA

**"NÃO TINHA ÁGUA PARA TOMAR QUEM DIRÁ PARA CONTROLAR O FOGO":
conflitos socioambientais e a luta pela vida no Morro Santana, em Porto Alegre-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso em Sociologia apresentado ao Curso de Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Professor Orientador: Prof. Dr. Alexandre Almeida Magalhães.

Porto Alegre, maio de 2021.

LUÍS GUSTAVO RUWER DA SILVA

**"NÃO TINHA ÁGUA PARA TOMAR QUEM DIRÁ PARA CONTROLAR O FOGO":
conflitos socioambientais e a luta pela vida no Morro Santana, em Porto Alegre-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso em Sociologia apresentado ao Curso de Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Almeida Magalhães (orientador).

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva

Profa. Dra. Lorena Cândido Fleury

Porto Alegre, maio de 2021.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a todo seu corpo docente pelo ensino de alta qualidade. Sou muito grato ao Prof. Alexandre Magalhães pelos momentos de troca e inspiração, pela maneira natural com a qual me orientou, ao mesmo tempo que me deu autonomia e acreditou em minhas propostas. Agradeço também aos professores que aceitaram compor a banca avaliadora, Marcelo Kunrath Silva e Lorena Fleury, que dispuseram de seu tempo para estarem presentes neste rito tão decisivo. Também sou grato à professora Vanessa Marx, que foi fundamental em muitas das etapas da minha trajetória acadêmica. Agradeço carinhosamente à professora Sandra de Deus por ser essa referência extensionista que abriu suas portas para mim em tantos momentos importantes.

Gostaria de agradecer aqueles sem o qual esse texto não teria vida, meus interlocutores: Sidney Costa Bispo, Letícia do Nascimento e Iracema Gah Té Nascimento, que disponibilizaram parte de seu tempo para compartilhar saberes tão importantes. Agradeço também aos companheiros do coletivo Visão Periférica e da Resistência Popular que dedicam suas vidas em defesa do território do Morro Santana. Aos amigos do EMAN pelas vivências que certamente me tornaram uma pessoa melhor e às colegas das Ciências Sociais, por terem me inspirado a ser um estudante mais dedicado.

À minha mãe, Carolina, por ter me ensinado a ler, escrever e sempre ter incentivado meus estudos e a toda minha família que serviu de alicerce para as minhas realizações. Agradeço também especialmente meu irmão Miguel, por me fazer acreditar em um futuro melhor. E por último, e não menos importante, minha companheira Ivana, pela paciência e compreensão e por não me deixar desanimar em nenhum momento.

Dedicado à Guaracy Bomfim Vianna (*in memoriam*), um lutador incansável.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

| | | |
|-------------|---|----|
| Figura 1 - | Delimitação do Bairro Morro Santana..... | 14 |
| Figura 2 - | Vila Nova Pedreira (Morro Santana)..... | 24 |
| Figura 3 - | Esquilo do Zaffari, está instalado no terreno há cinco anos, de acordo com a Zero Hora..... | 27 |
| Figura 4 - | Manifestação contra falta d'água (Morro Santana)..... | 36 |
| Figura 5 - | Incêndio no Morro Santana..... | 42 |
| Figura 6 - | Incêndio no Morro Santana (2018)..... | 44 |
| Figura 7 - | Dia seguinte à queimada (Morro Santana)..... | 45 |
| Figura 8 - | Queimada de 2018..... | 45 |
| Figura 9 - | Queimada de 2020..... | 46 |
| Figura 10 - | EcoTrilha organizada pelo Coletivo Visão Periférica (Morro Santana)..... | 53 |
| Figura 11 - | Mutirão de Eco-restauração após queimada..... | 55 |
| Figura 12 - | Intervenção nas caixas d'água (Morro Santana)..... | 56 |
| Figura 13 - | Distribuição de cestas básicas na Vila Colina..... | 61 |
| Figura 14 - | Distribuição de cestas básicas e sabão na Ocupação J. Continental..... | 62 |
| Figura 15 - | Imagem de satélite com a localização do morro Santana (círculo amarelo) e da área da universidade (limites em preto) em relação à malha urbana da cidade de Porto Alegre (em vermelho)..... | 64 |
| Figura 16 - | Área de abrangência do Refúgio de Vida Silvestre da UFRGS (REVIS)..... | 65 |
| Figura 17 - | Vila Boa Esperança comemora o fim da reintegração de posse..... | 68 |

RESUMO

Este trabalho é um estudo sociológico em fase preliminar que aborda os impactos da crise ambiental global no território do Morro Santana, localizado na Zona Leste do município de Porto Alegre, RS. Foram analisados aspectos materiais e simbólicos presentes nas disputas em torno dos conflitos socioambientais envolvendo a especulação imobiliária e as populações que vivem em condições precárias de vida, bem como as formas encontradas pelas populações que habitam esses territórios para contornar tais efeitos. Buscou-se a reconstituição do que se compreende por Morro Santana ontologicamente, a partir de uma série de categorizações a seu respeito. A partir da metodologia de pesquisa-militante, através da combinação do conteúdo de diferentes fontes, buscou-se produzir reflexões sobre as condições de precariedade e resistência na região. Ressalta-se que esse é um estudo em fase preliminar de uma pesquisa mais ampla que irá ser aprofundada ao longo do projeto de mestrado.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais. Resistências. Morro Santana (Porto Alegre-RS).

ABSTRACT

This work is a sociological study at preliminary stage that discusses the impacts of the environmental global crisis in the territory of Morro Santana, based in the eastern area of Porto Alegre, the capital city of Rio Grande do Sul. Material and symbolical aspects included in the environmental conflicts were analysed such as real estate speculation and how the population lives under precarious life conditions as well as the strategies they use to overcome these effects. It was researched the reconstitution of what ontologically is understood as Morro Santana, out of a series of categorizations discussing it, understanding that these differences express power relationships. Based on the method of militant-research and the combination of content from different sources, we produced reflections about precariousness (linked to habitation, water, basic sanitation, waste) that develops environmental problems (such as fires and proliferation of diseases) and resistance forms (both individual and also collective) used by the community to face these problems.

Keywords: Environmental conflicts. Morro Santana (Porto Alegre/RS). Resistance.

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 2 | CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS..... | 22 |
| 2.1 | Surto de Leishmaniose no Morro Santana..... | 29 |
| 2.2 | Falta de água e a pandemia do Novo Coronavírus de 2019..... | 33 |
| 2.3 | Queimadas..... | 39 |
| 3 | RESISTÊNCIAS EM TORNO DA LUTA PELA VIDA..... | 48 |
| 3.1 | As Ecotrilhas e intervenções comunitárias no Morro Santana..... | 52 |
| 3.2 | A rede de apoio mútuo em defesa da “Vida Digna” | 58 |
| 3.3 | A luta pela Unidade de Conservação e o Programa de extensão “Preserve Morro Santana” | 63 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 70 |
| | REFERÊNCIAS..... | 72 |

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende discutir a respeito da crise ambiental global e seus efeitos socioambientais na realidade de periferias brasileiras, bem como as formas encontradas pelas populações que habitam esses territórios para contornar tais efeitos. A partir das especificidades locais do Morro Santana, território localizado entre as fronteiras dos municípios de Porto Alegre e Viamão, no Rio Grande do Sul, buscarei analisar aspectos materiais e simbólicos presentes nas disputas em torno dos conflitos socioambientais envolvendo a especulação imobiliária e as populações que vivem em condições precárias de vida. Ressalta-se que este é um estudo em fase preliminar que pretende ser aprofundado em meu projeto de mestrado.

A questão ambiental na contemporaneidade é tema central nos debates acadêmicos, políticos, econômicos e sociais. Afinal, questões como a escassez de recursos naturais, a poluição global, as mudanças climáticas, a perda de fontes de água doce, a erosão da biodiversidade agrícola e silvestre, a degradação de solos e a acelerada desapropriação da vida das populações tradicionais são grandes problemas que ameaçam o futuro da vida no planeta (FLOSS; ILGENFRITZ; BARROS, 2020, p. 5). Nas palavras de Alberto Acosta (2016, p. 66): “[...] hoje em dia tudo indica que o crescimento material infinito poderá culminar em suicídio coletivo.”

Aráoz (2020, p. 34) alerta que vivemos um “evento-limite” da história, em que “[...] a espécie mais poderosa e dotada das mais sublimes funções da matéria viva desapareceu suas raízes, perdeu o rumo, tornou-se a mais perigosa ameaça de todos os tempos à vida na terra.” Conceituado pelo referido autor como “Capitaloceno”. Todos esses questionamentos potencializaram-se com a eclosão da pandemia da Doença pelo Novo Coronavírus de 2019 (Covid-19). Como sugere Achille Mbembe (2020, p. 11), se, de fato, a Covid-19 é “a expressão espetacular do impasse planetário em que a humanidade se encontra”:

[...] então não se trata simplesmente de recompor uma terra habitável, para que ela ofereça a todos a possibilidade de uma vida respirável. Trata-se, na realidade, de recuperar as fontes do nosso mundo, a fim de forjar novas terras. A humanidade e a biosfera estão ligadas. Uma não tem futuro algum sem a outra. Seremos capazes de redescobrir nosso pertencimento à própria espécie e nosso vínculo inquebrável com o conjunto vivente? Esta talvez seja a pergunta derradeira, antes que a porta se feche de uma vez por todas. (MBEMBE, 2020, p. 11).

Apesar dos problemas, ao redor do mundo vivencia-se um período fértil para a construção de movimentos inspirados nos ideais ecológicos, democráticos e solidários. Dentro

desse escopo, enfatizo a importância da defesa do “Bem Viver”, como uma proposta de construção de modos de vida baseado nos Direitos Humanos e Direitos da Natureza (ACOSTA, 2016). No Brasil, multiplicaram-se projetos de ajuda mútua e solidariedade organizados por moradores de vilas e favelas, parte deles articulados na “Campanha de Luta por Vida Digna¹”.

Nesse contexto, emerge o campo transdisciplinar da “Saúde Planetária”, que analisa as relações entre as mudanças ambientais globais e os impactos na saúde humana (FLOSS, ILGENFRITZ e BARROS, 2020, p. 5). Considerando esses estudos, podemos compreender o quanto as mudanças climáticas afetam as populações de maneira distinta. As mudanças climáticas são consideradas “[...] uma das maiores ameaças à redução da fome e da desnutrição, especialmente nos países de baixa e média renda [...]” e estima-se que, por conta delas, haverá uma redução da disponibilidade global de alimentos em 3,2%, podendo causar cerca de 30.000 mortes relacionadas ao baixo peso até 2050. (XU *et al.*, 2019 *apud* FLOSS; ILGENFRITZ; BARROS, 2020). Um estudo sobre o impacto de Ondas de Calor (OC) na taxa mortalidade humana avalia que somente no Brasil, ocorreram 3,4 milhões de mortes relacionadas a OC entre 1997 a 2011 (GUO *et al.*, 2018 *apud* FLOSS; ILGENFRITZ; BARROS, 2020).

Se, como afirma Mbembe (2016) a Necropolítica permite o exercício do biopoder, regulando a distribuição de morte e possibilitando as funções assassinas do Estado (MBEMBE. 2016. p. 128), as mudanças climáticas parecem cumprir um papel importante dentro dessa lógica. Sabe-se que as populações das periferias, que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e moradia precária são as que mais sofrem com seus efeitos mortíferos (GROOT; ABELSOHN; MOORE, 2014, *apud* FLOSS; ILGENFRITZ; BARROS, 2020).

Acerca do debate a respeito das relações entre sociedade e natureza, Fleury, Almeida e Premebida (2014, p. 36-37) afirma que o campo da sociologia ambiental se constituiu no início da década de 1970 baseado na constatação “de que sociedade e natureza devem ser analisadas de forma interligada” (FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014, p. 37) em oposição crítica aos fundadores da sociologia Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, considerados antropocêntricos. Gradualmente outras vertentes da sociologia somaram-se na composição do cenário da incorporação do ambiente pela sociologia, objetivando “romper com a primazia do social – entendido como exclusivamente humano – na análise sociológica”

¹ Disponível em: <http://reporterpopular.com.br/vidadigna>. Acesso em: 10 maio 2021.

porém “esse objetivo não foi alcançado para além de um princípio geral” já que “o foco manteve-se nas dinâmicas de construção e formulação – social – da questão ambiental” (FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014, p. 44-45).

No contexto latino-americano, o debate a respeito da relação entre ambiente e sociologia ganha contornos diferentes, com maior enfoque nas disputas em torno da biodiversidade. Nesse âmbito, cabe ressaltar a importância de Escobar, que de acordo com Fleury, Almeida e Premebida (2014, p. 56-57) “[...] considera a questão ambiental uma contraposição à concepção globalocêntrica da sociedade. Por isso, propõe a defesa do conhecimento local como estratégia política e epistemológica.”

Nessa perspectiva, Escobar aponta que a luta pelo território levada a cabo por grupos étnicos é uma luta cultural por autonomia e pela autodeterminação, na qual a mobilização desses grupos para exercer o controle sobre os usos da biodiversidade contida nos seus territórios constitui um fator imprescindível para a sua sobrevivência cultural e política. Portanto, esses processos são, afirmam Escobar e Pardo (2005), eminentemente conflitivos: tomam forma conflitos sobre como conhecer ou como é conhecida a biodiversidade, e conflitos entre práticas culturais e significados contrastantes. (FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014, p. 56-57).

A noção de conflitos ambientais para Acselrad (2005 *apud* FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014, p. 64-66), define sua ocorrência em função de um “desacordo no interior do arranjo espacial de atividades de uma localidade ou região” que implique na “[...] ameaça da continuidade de um tipo de ocupação do território pela maneira como outras atividades, espacialmente conexas, são conduzidas.” (FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014, p. 64-66). Nessa perspectiva, os conflitos ambientais eclodem, quando:

[...] os despossuídos passam a reclamar [...] maior acesso aos recursos como água, terra fértil, etc., denunciando o comprometimento de suas atividades pela queda da produtividade dos sistemas biofísicos de que dependiam e risco de perda de durabilidade da base material necessária à sua reprodução sociocultural. (ACSELRAD, 2004, p. 27 *apud* FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014, p. 64-66).

A perspectiva de Acselrad influencia também a abordagem de Andréa Zhouri e seus colaboradores em relação aos conflitos ambientais. Segundo Zhouri e Laschefski (2010 *apud* FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014, p. 66) esses conflitos revelam “[...] modos diferenciados de existência que expressam a luta por autonomia de grupos que resistem ao modelo de sociedade moderna [...]” e concluem que o questionamento do modelo de desenvolvimento hegemônico “conduz a reflexão a respeito do processo de colonialidade do pensamento moderno.” (FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014, p. 66).

Partindo de uma apropriação crítica dos estudos clássicos da sociologia urbana, embora minha leitura não parta da oposição entre “natureza” versus “apropriação do mundo humano”, é possível pensar nessa dinâmica da produção urbana ainda associada às pressões sobre o ambiente natural pelo fornecimento de matérias-primas para a expansão da urbanização. De acordo com Harvey (2012, p. 82) a destruição do patrimônio natural pode ser interpretada a partir do conceito de “destruição criativa”, fenômeno que “tem desapropriado as massas de qualquer direito à cidade”. A destruição criativa “[...] quase sempre tem uma dimensão de classe já que é o pobre, o desprivilegiado e o marginalizado do poder político que primeiro sofrem com esse processo.” (HARVEY, 2012, p. 82).

No que tange aos estudos urbanos, cabe ressaltar os apontamentos de Vera Telles (2015, p. 15) em relação às opções de análise mais consagradas que são “em grande parte regidas pelas noções de segregação urbana e exclusão social” que se tornaram inoperantes no correr dos últimos anos, por conta de um desenho urbano “[...] muito contrastado, muito heterogêneo, em que, mesmo os bairros populares, situados nas expansivas periferias urbanas, são muito diferenciados internamente.” Por conta dessa heterogeneidade com que foram desenhadas as “[...] novas fronteiras sociais e territoriais, legais e políticas, seguindo os traços das mudanças engendradas pelos circuitos globalizados da economia urbana, bem como pelas redefinições dos modos de governo da cidade e seus espaços [...]” as oposições binárias baseadas em “exclusão-inclusão; dentro e fora, centro e periferia” não dão mais conta dessas realidades multifacetadas. De acordo com Telles (2015, p. 15):

É um cenário desenhado por territorialidades urbanas de contornos incertos, atravessadas por conflitos e campos de tensão espalhados por todos os lados, mas que se configuram em torno dos pontos de fricção postos pelas tendências de uma crescente mercantilização de espaços, lugares, vidas e forma de vida [...]. (TELLES, 2015, p. 15).

Telles (2015, p. 17) aponta ainda que a situação atual é muito distinta daquela que moveu os fundadores da sociologia urbana, que partiam do pressuposto teórico de uma oposição bem definida entre o urbano e o rural. De acordo com a autora, no atual cenário de urbanização planetária “[...] a cidade perdeu o seu duplo ou, para falar em termos mais precisos, perdeu o seu Outro ontológico a partir do qual ela poderia ser definida como cifra de uma modernidade.” (TELLES, 2015, p. 17). Telles apresenta a noção de cidade como “uma arena em que os conflitos acontecem.” De acordo com a autora “[...] é algo que está posto no próprio modo como seus espaços e estruturas são produzidos, geridos e agenciados na dinâmica da acumulação urbana, de produção da riqueza, modos de circulação e apropriação.”

(TELLES, 2015, p. 20):

Tudo isso se articula, compõe e se compõe em uma arena de disputas, negociações, acomodações, acordos e conflitos em torno da distribuição dos recursos, dos modos e lugares de implementação de serviços e melhorias urbanas, etc. [...] Trata-se, portanto, de conflitos inscritos nas formas de produção e gestão dos espaços, dos ordenamentos urbanos nesses lugares. (TELLES, 2015, p. 23).

Cabe ressaltar uma complexidade particular existente para aqueles que praticam a “socioantropologia urbana”, em função do risco de se “cair em algo como um caleidoscópio de situações e contextos urbanos.” (TELLES, 2015, p. 18). Buscando dar conta de abranger esse contexto de realidades heterogêneas e multifacetadas na configuração urbana, pretendo operar com a definição ontológica de território de Escobar (2015), que é capaz de abranger dimensões espaciais, temporais, sociais, materiais e simbólicas:

[...] os territórios são espaços-tempo vitais de cada comunidade de homens e mulheres. Mas não é só isso, mas também o espaço-tempo de inter-relação com o mundo natural que o cerca e é parte constitutiva dele [...] a inter-relação gera cenários de sinergia e complementaridade tanto para o mundo dos homens e mulheres, quanto para a reprodução dos demais mundos que circundam o mundo humano. (ESCOBAR, 2015, p. 96, tradução nossa).

Em função dessa dimensão da minha pesquisa, que buscou reconstituir o que se compreende por Morro Santana numa perspectiva ontológica, me deparei com uma série de categorizações a respeito desse “organismo vivo”. Trago essa reflexão na etapa introdutória, pois entendo que as categorizações e as diferenças entre o que é enquadrado como formal ou informal expressam determinadas relações de poder.

Um dos primeiros enquadramentos do Morro Santana que enfatizo aqui, que se constituiu a partir da vivência como morador, é a definição do Morro Santana como um bairro da cidade de Porto Alegre. É verdade que esse reconhecimento oficial é recente, oriundo da aprovação da “Nova Lei de Bairros” pela Câmara de Vereadores em 2015 que deliberou a denominação de Bairro Morro Santana a “área sem denominação entre Agronomia, Jardim Carvalho e Mário Quintana.” (MAROCCO; SCOMAZZON, 2015, online). Anteriormente a designação oficial pelo poder público enquadrava essa área nas denominadas “Zonas indefinidas” da cidade de Porto Alegre.

Acredito que o reconhecimento dessa região de Porto Alegre como bairro oficial “Morro Santana” contribui com a autoafirmação histórica de parte de seus habitantes com esse morro. A própria existência de uma linha de ônibus com este nome comprova que a região já era conhecida dessa maneira antes mesmo do bairro ser reconhecido oficialmente.

desconfiguração dessa terminologia quando reconhecidos oficialmente. Por exemplo, o Morro Santa Teresa é definido como “Santa Teresa” e o Morro da Cruz como “São José”.

Por outro lado, a delimitação oficial do bairro “Morro Santana” é insuficiente porque não abrange plenamente toda a extensão da unidade geomorfológica morro Santana. A definição “ambiental” do morro Santana (com “m” minúsculo) que o define como o ponto mais alto de Porto Alegre (com 311m), ocupando uma área de aproximadamente 1.000 hectares, constituída de rochas graníticas e localizada numa zona de transição entre os biomas Pampa e a Mata Atlântica, onde se encontram grandes remanescentes de área natural e refúgio de vida silvestre (MENEGAT, 2006). Ora, essa área é muito maior do que a delimitada pelo bairro oficial “Morro Santana” e se localiza majoritariamente dentro de outros bairros oficiais de Porto Alegre e de Viamão. Por isso, ao me referir ao Território do Morro Santana estarei utilizando os dados correspondentes aos bairros Morro Santana, Jardim Carvalho e Agronomia que contornam o morro no município de Porto Alegre. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) a respeito da população residente nestes bairros é de 47.055 habitantes, correspondente a 0,3% da população de Porto Alegre.

A definição ambiental do morro Santana dá conta de toda extensão espacial do morro no espaço e a sua biodiversidade. Porém, também, apresenta limitações, já que, ao concebê-los como coisas separadas, praticamente ignora as inter-relações existentes entre a sociedade e o mundo natural, o que nos leva a pensar no morro a partir da historicidade. Essa identidade reconhecida no século XVIII como “Morro de Sant’Anna” está relacionada a acontecimentos importantes da fundação da cidade de Porto Alegre e da história do Rio Grande do Sul, chegando a ser considerado “um microcosmo do Rio Grande do passado” (PORTO ALEGRE, 1994, p. 73). Essa dimensão histórica também é parcial e, conseqüentemente, acarreta no apagamento de memórias locais, principalmente aquelas associadas aos povos originários que antes habitavam essas terras.

Em contraponto a isso, podemos empregar a definição que Escobar (2015) apresenta a acerca dos territórios, que pode ser percebida em “[...] muitos mundos indígenas e em algumas comunidades afrodescendentes na América Latina [...]” em que “[...] esses espaços materiais se manifestam como montanhas ou lagos, *que são entendidos como tendo vida ou são espaços animados.*” (ESCOBAR, 2015, p. 96, tradução nossa, grifo do autor). Essa noção permite expandir o conceito de comunidade abrangendo também “[...] não humanos (que podem variar de animais a montanhas e até espíritos, todos dependendo dos territórios específicos) [...]” Conseqüentemente, abrindo “o reino da política” para “não-humanos” (ESCOBAR, 2015, p. 96-97, tradução nossa). Podemos verificá-la por exemplo, na

“vinculação simbólica e material” (FREITAS, 2008, p. 6) de povos indígenas com a terra e com a água. No caso de Porto Alegre, de acordo com Freitas (2008, p. 6) o “interessante mosaico vegetacional” provocado pelo “encontro de ecossistemas campestres e florestais”, que pode ser percebido na bacia do Guaíba (e também na paisagem do Morro Santana) é significativo indígenas Guarani, Kaingang e Charrua:

Apesar de suas diferenças, partilham como horizonte cultural comum a vinculação simbólica e material com a terra e com a água; a adesão *eco-lógica*, afetiva e existencial a duas unidades de paisagem em especial: florestas e campos. [...] Sobre esta paisagem incide hoje - como maior fator de transformação e risco - a expansão do ecossistema urbano. (FREITAS, 2008, p. 6).

Ao longo do tempo, a paisagem do Morro Santana foi se transformando, de maneira que seu ecossistema de campos, florestas e nascentes atualmente é diretamente impactado pela dinâmica urbana, ao mesmo que exerce uma influência sobre ela. Resulta desse processo uma complexa configuração do território, situado numa região de expansão da fronteira imobiliária, contornado por importantes avenidas e habitado por dezenas de milhares de habitantes. Conforme Telles (2015), é importante estar atento aos traços de “[...] linhas de força que atravessam várias territorialidades urbanas e em torno das quais os ordenamentos locais são produzidos, negociados e agenciados em suas formas rotineiras ou conflituosas.” (TELLES, 2015, p. 23). Grande parte destes moradores se situam nas vilas que contornam o morro, outra parcela da população reside em áreas com maior infraestrutura urbana, onde geralmente estão localizados condomínios habitacionais verticais e horizontais.

Muitas vezes, esse convívio produz “polos de tensão e fricção” (TELLES, 2015, p. 23) que conseqüentemente irão exercer influência nas definições ou categorizações a respeito do que se entende por Morro Santana. Essas linhas que delimitam o “morro” (no sentido estrito do termo), variam justamente porque elas são decorrentes dessas disputas e jogos de poder, que determinam o que está “dentro” e o que está “fora” de cada categorização. Essa configuração heterogênea e transitória ao longo do tempo e do espaço - que às vezes amplia, às vezes recua, às vezes se confunde com definições oficiais, informais, “biológicas” ou “geomorfológicas” - irá resultar nessa multiplicidade categorizações, sempre parciais, a respeito do que seria o Morro Santana.

Alguns anos antes da escrita desse trabalho se iniciou minha vida acadêmica, inicialmente no curso de Comunicação Social, que desde o primeiro semestre sempre esteve relacionada à atuação em projetos de extensão universitária. Entre os anos de 2014 e 2017 fui bolsista do Escritório Modelo Albano Volkmer - Práticas Participativas Populares (EMAV),

projeto de extensão vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O EMAV contribuiu com o despertar do meu olhar crítico a respeito das cidades, proporcionando experiências transformadoras em uma série de comunidades de Porto Alegre. Em uma das ações, junto à comunidade do Morro da Cruz, tive a oportunidade de conhecer um coletivo de antropólogos que estimulou o meu interesse pelo método etnográfico. Em função disso, no segundo semestre de 2016, solicitei a transferência de curso para Ciências Sociais, sem jamais abandonar o campo da comunicação, mas buscando uma articulação interdisciplinar entre as áreas.

A partir desse momento, busquei me aproximar do movimento comunitário do Morro Santana, território onde já residia com minha família desde 2013. Conheci inicialmente a Resistência Popular Comunitária (RPC), organização que ajuda a construir a rádio comunitária A Voz do Morro e logo se abriram também outras portas no território. Ainda em 2016 iniciei minha participação no coletivo Visão Periférica, que faz a gestão da Biblioteca Comunitária Visão Periférica. Desde então, foram anos dedicados à construção de projetos coletivos, eventos de rua (como os festivais da rádio comunitária, projeções de cinema, saraus literários), programas de rádio, hortas comunitárias, trilhas ecológicas, coberturas de mídia popular, reuniões e mais reuniões, junto a dezenas de agentes e a multiplicidade de olhares que constituem a teia de relações do associativismo comunitário da zona leste de Porto Alegre.

A partir de 2017, em conjunto com companheiros da Voz do Morro e da RPC, partindo da compreensão de que deveríamos expandir a prática da comunicação popular para além da zona leste, refundamos o coletivo de mídia independente Repórter Popular (RP), que havia sido fundado em 2007 (na época como jornal impresso). Com o RP intensificamos as coberturas audiovisuais de denúncia às violações de direitos humanos, nas quais destaco o acompanhamento a processos de reintegrações de posse, e também as oficinas de comunicação comunitária por outras vilas da cidade, em que trabalhamos com ferramentas de vídeo, rádio, jornal, serigrafia e muralismo em comunidades como a Restinga, Morro da Cruz, Vilas Boa Esperança e Colina.

Vivemos momentos de tensão e emoção, que além de lotarem os cartões de memória da câmera e os HDs do computador, ficaram registrados em minha memória. Uma das situações mais traumáticas que já vivenciei foi uma reintegração de posse na Vila Colina (comunidade localizada no topo do Morro Santana), episódio que posteriormente ficou

conhecido como “A Batalha da Colina³” pelos companheiros mais próximos. Mas para não esquecer das vitórias, menciono também o importante acompanhamento à luta da Vila Boa Esperança, que acarretou o fim do processo de reintegração de posse que ameaçava remover cerca de 100 famílias de suas casas.

Em 2019, através da disciplina “Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso em Sociologia” eu e o Professor Dr. Alexandre Almeida de Magalhães iniciamos uma relação de afinidade tanto teórica, quanto prática. Nossa aproximação se deu em função do interesse em comum em pensar as periferias e os conflitos urbanos a partir da experiência de vida dos habitantes desses territórios. Ao final do semestre, fiz o convite para o Professor ser meu orientador no TCC. Meu projeto de pesquisa inicial dizia a respeito da investigação da memória comunitária e suas relações com a produção da cidade. Muito importante, nessa primeira etapa, foi o contato com a bibliografia⁴ que constatou a importância do Morro Santana como uma chave de leitura da compreensão do processo de colonização do Rio Grande do Sul e da fundação da cidade de Porto Alegre. Nesse sentido, buscarei o resgate da memória coletiva do Morro Santana, acreditando que esse é um passo importante para a garantia do direito à cidade. Através de metodologias participativas em conjunto com a sociedade, essa pesquisa se propõe a produzir assim impacto social.

Porém, ao longo do meu trabalho de campo, devido a recorrência nos acontecimentos relacionados às questões socioambientais - como a falta de água e as queimadas na vegetação - as próprias demandas emergenciais da comunidade impulsionaram uma reorientação do meu problema de pesquisa em direção a problemática socioambiental. Essa reorientação do tema também foi influenciada pela minha aproximação com os estudos a respeito da Saúde Planetária, através da minha participação como bolsista do Núcleo Técnico-Científico de Telessaúde da UFRGS, projeto que me levou a contribuir com a elaboração do Curso EAD sobre Saúde Planetária, como coautor em dois módulos do curso: “Ondas de calor e estresse por calor” (FLOSS; BARROS; SILVA, 2020) e “Doenças infectocontagiosas sensíveis a mudança climática” (MELO *et al.*, 2020) e revisor no módulo “Saúde Planetária e mudanças climáticas” (FLOSS; ILGENFRITZ; BARROS, 2020) do mesmo curso. No módulo “Ondas de calor e estresse por calor” apresentamos o caso do Morro Santana como um exemplo de como “[...] as altas temperaturas, as queimadas, a falta de água e as pressões ambientais

³ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_ansUtxj0XQ. Acesso em: 10 maio 2021.

⁴ “Nossos contemporâneos indígenas” (FREITAS, 2008), “Territórios e Povos Originários (Des)velados na Metrópole de Porto Alegre” (CATAFESTO, 2008), “Memória Dos Bairros: Morro Santana.” (GASTAL, 1995), “Do Morro Santana a Cidade de Porto Alegre.” (BARROSO e ORGS, 2004), “Memória em ruínas: a Casa Branca do Morro Santana.” (DORBERSTEIN e CORRÊA, 2005) e “A difícil convivência: Porto Alegre e os Farrapos” (GALVANI, 2003).

afetam a saúde humana, tanto com estresse por calor, como com outros estresses como na saúde mental, saúde cardiopulmonar entre outros.” (FLOSS; BARROS; SILVA, 2020, p. 13).

Em 2020, por conta da pandemia, que praticamente inviabilizou a prática do trabalho de campo, adiei a escrita da monografia e tornei-me bolsista de Iniciação Científica voluntária do Professor Alexandre no projeto: “Estratégias de gestão populacional no espaço urbano: a experiência dos moradores de favelas do Rio de Janeiro e de Porto Alegre - entre formas de controle e resistências”. Também passei a integrar o Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC), coordenado pela Professora Vanessa Marx, que está conduzindo uma pesquisa empírica sobre a região do 4º Distrito, em Porto Alegre.

A partir da reorientação do tema, ainda em 2020, aconteceu a importante aproximação do Professor Alexandre com o território do Morro Santana. Em março, poucos dias antes do início da pandemia, participamos de uma manifestação contra a falta de água. Em seguida, organizamos, em conjunto com a comunidade, uma ação emergencial em função da Covid-19, destinados à compra de itens de higiene e cestas básicas. Em outubro, no dia das crianças, também ajudamos a construir uma ação solidária no território. Partindo desse vínculo pré-estabelecido da atuação comunitária no Morro Santana, baseado na proposta dos próprios moradores e coordenado pelo Prof. Alexandre, recentemente demos início ao programa de extensão “Preserve Morro Santana” na UFRGS, que busca estimular a organização comunitária em defesa da conservação ambiental do morro.

Foi essa trajetória acadêmica singular, que completa praticamente sete anos inserido em projetos interdisciplinares, combinada com a atuação comunitária - tanto no território onde residio quanto em comunidades vizinhas - que meu olhar sociológico foi afinado, proporcionando as reflexões necessárias para a elaboração desta monografia. Portanto, a definição do meu universo empírico, o Morro Santana, longe de ser mera casualidade ou uma inserção artificial, condiz com minha própria trajetória de vida como morador, militante, extensionista e pesquisador. Nesta trajetória fui muito influenciado pelas metodologias conceituadas como “pesquisa-ação”, “observação militante” ou “etnografia militante” e que Jaumont e Varella (2016) definem como da “pesquisa-militante”:

[...] o termo pesquisa militante busca designar esse amplo espaço de produção de conhecimento orientado para a ação transformadora que busca aliar a reflexão crítica e teórica com a prática nas lutas populares em um processo multidirecional, articulando intelectuais, pesquisadores, movimentos sociais, comunidades e organizações políticas, com os objetivos de fortalecer o protagonismo popular e de contribuir para a construção de uma sociedade justa e solidária, livre de todas as opressões e dominações. (JAUMONT; VARELLA, 2016, p. 433).

Eu gostaria de ressaltar o aspecto ativo em relação a forma de produção de conhecimento presente nessa abordagem, que passa necessariamente pela participação em projetos ou iniciativas em articulação com os territórios e as pessoas que os habitam. Essa metodologia não tem como objetivo somente a coleta e análise de dados, mas, fundamentalmente, a intervenção na realidade social a partir de práticas transformadoras: “[...] o conhecimento não é obtido somente através da observação dos grupos pesquisados, mas sim da atuação nos mesmos.” (JAUMONT; VARELLA, 2016, p. 435). Ao longo dessa trajetória, um grande desafio - que espero ter conseguido alcançar com este trabalho - foi transformar essas experiências de coparticipação em reflexão sociológica, num fio condutor que articule extensão e pesquisa, porém num movimento em que - diferentemente da pesquisa tradicional - a extensão é o ponto de partida. Nesse sentido, alguns elementos enfatizados por Jaumont e Varella (2016) são importantes para potencializar a produção de conhecimento militante, dentre eles: a superação da dicotomia entre sujeito e objeto de pesquisa; a relação dialética entre teoria e prática; a superação do colonialismo intelectual; o compromisso das e dos pesquisadores com a transformação social; e a criatividade nos usos de formatos e de métodos e técnicas de pesquisa. (JAUMONT; VARELLA, 2016, p. 435).

Entendo que essa perspectiva de atuação produz conhecimento ao mesmo tempo que contribui socialmente, o que é essencial no contexto que vivemos de precarização das vidas e deslegitimação da ciência. A opção metodológica também vai de encontro com a Resolução nº 7, 18 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação (BRASIL, 2018), conhecida como curricularização da extensão, que deve entrar em vigor ainda em 2021 e define a exigência de no mínimo 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária nas universidades brasileiras. De acordo com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras (FORPROEX, 2012), através da Política Nacional de Extensão Universitária, a extensão é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade. A Política defende o diálogo e troca de saberes entre a comunidade acadêmica e as organizações sociais visando um processo de “(re)construção da Nação, uma comunidade de destino, ou de (re)construção da polis, a comunidade política”:

[...] superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Não se trata mais de ‘estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade’, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. Um conhecimento

que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão. (FORPROEX, 2012, p. 47).

Para esta monografia, para além da minha vivência como morador e militante nesse território, serão mobilizadas informações produzidas por mídia local e conversas com moradores além de dados oficiais da UFRGS, proprietária de parte da região, e de órgãos públicos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Parte dos documentos analisados (notas públicas, cartas, vídeos e reportagens produzidas pelos coletivos locais) contaram com a minha participação no processo de elaboração, por isso faço a ressalva de que meu olhar a respeito deles não apresenta um distanciamento como o do pesquisador tradicional que analisa um objeto. Destaco também que por questões éticas, não utilizei materiais internos como relatórios e atas de reuniões de coletivos locais, mas sim conteúdos que já estavam disponíveis publicamente. Mesmo assim, enfatizo que a minha participação nesses espaços de reunião e articulação foram fundamentais, tanto para constituição do próprio objeto de pesquisa, quanto para minha formação enquanto “pesquisador-militante” (muitas vezes mais “militante-pesquisador”) numa relação dialética que foi se retroalimentando ao longo do processo.

Diante disso, reitero que a minha questão fundamental a ser respondida ao longo do trabalho é compreender os efeitos dos problemas socioambientais na vida da população do Morro Santana, território localizado entre as fronteiras dos municípios de Porto Alegre e de Viamão, no Rio Grande do Sul. A partir da combinação do conteúdo de diferentes fontes, busco produzir reflexões sobre as condições de precariedade e resistência na região. O trabalho está dividido em dois capítulos, descritos resumidamente a seguir: no capítulo II “Conflitos socioambientais” serão apresentadas reflexões acerca das condições de precariedade no território, articulado a compreensão acerca dos impactos locais da crise ambiental global na realidade das periferias brasileiras; no capítulo III “Resistências” irei discorrer a respeito das formas encontradas pelas populações que habitam esses territórios para contornar tais efeitos, buscando compreender as estratégias, as resistências e as mobilizações empregadas pela população. Espero que esse trabalho cumpra o papel de ser mais uma semente plantada ou mais uma pedra assentada, que possa servir como um aporte teórico e reflexivo aos coletivos de moradores, associações comunitárias, movimentos sociais, enfim, a todos e todas que lutam por uma vida mais digna no Morro Santana e em outros territórios de resistência desse imenso mundo.

2 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

No intuito de reconstituir a configuração socioespacial do território do Morro Santana é necessário cuidado, de acordo com Vera Telles (2015, p. 23), para evitar “cair em generalizações da ‘cidade-mercado’ no contexto da mundialização” e ao mesmo tempo não se deixar levar pelo que a autora chama de “caleidoscópio de situações e contextos urbanos.” Trata-se de executar a difícil tarefa de “reter a cidade como plano de referência” buscando trabalhar “as transversalidades e ressonâncias presentes nos diversos espaços e territórios urbanos” (TELLES, 2015, p. 23). É importante, ainda, estar atento aos traços de “[...] linhas de força que atravessam várias territorialidades urbanas e em torno das quais os ordenamentos locais são produzidos, negociados e agenciados em suas formas rotineiras ou conflituosas.” (TELLES, 2015, p. 23). De acordo com Telles “[...] são duas as linhas de força: de um lado, as lógicas e circuitos de mercado e as tendências de uma expansiva mercantilização dos espaços e territórios, [...] de outro, as formas de controle inscritas na produção de gestão desses espaços.” A autora parte da hipótese de que:

[...] se as lógicas de mercado engendram clivagens, desigualdades, segregações e exclusões, as formas de controle, nos contextos situados em que operam, terminam por se constituir em polos de tensão e fricção, que não poucas vezes se desdobram em modalidades de conflito e enfrentamentos abertos – verdadeiros campos de gravitação da experiência urbana. (TELLES, 2015, p. 23).

Na busca por compreender o território do Morro Santana retendo a cidade como “plano de referência”, podemos observar as relações que se materializam tanto na configuração das vilas quanto dos empreendimentos do mercado formal. Muitas vezes, o convívio de grandes empreendimentos imobiliários e/ou comerciais ao lado de comunidades pobres produz “polos de tensão e fricção”. Muitos dos conflitos ocorrem em função do fato de que são distintas as experiências urbanas vividas dentro dos condomínios e dos empreendimentos comerciais e as vividas pelas comunidades pobres da região. Para compreender a relação entre a produção da cidade e os conflitos de ordem ambiental faremos uma breve retrospectiva histórica.

O processo gradual de expansão urbana se materializou inicialmente com o surgimento das vilas e posteriormente a construção de empreendimentos imobiliários no entorno do Morro. O surgimento das vilas está associado a um fragmento da história que foi significativo para a consolidação da urbanização de Porto Alegre e que trouxe consigo cicatrizes no território do Morro Santana, a partir da instalação das pedreiras de extração de

granito no Morro Santana nos anos 1970, em meio “ao milagre econômico” da Ditadura Militar (GASTAL, 1995). Aráoz (2020) nos fornece uma leitura a respeito do lugar e o papel da mineração moderno-colonial na configuração do projeto civilizatório hegemônico. A tese afirma que a mineração moderno-colonial é o detonante fundamental do Capitaloceno. O autor defende que o processo de extração mineral “tanto na atualidade como na origem” forja as bases materiais e simbólicas do regime de dominação hegemônico moderno, nos mostrando que “a devastação dos territórios ocorre em paralelo à violação dos direitos das populações” (ARÁOZ, 2020, p. 17):

Seus “avanços tecnológicos” são na verdade, o aperfeiçoamento da arte da guerra, o uso eficaz da violência; o incremento na intensidade e na capacidade do controle, apropriação, extração e trituração das energias vitais, de montanhas, paisagens, corpos de água, biodiversidade. (ARÁOZ, 2020, p. 17).

É verdade que aqui não estamos tratando de projetos de mega mineração de extração de ouro, chumbo ou carvão, mas sim da extração de granito. Sabe-se, no entanto, que no contexto de urbanização de Porto Alegre as rochas alaranjadas do granito Santana foram fundamentais para construção da cidade, sendo encontrado na pavimentação de ruas, calçadas e meio-fios (PHILIPP; VARGAS; BENEDETTI, 2009, p. 66). A respeito do granito como um elo material e simbólico da conexão do morro com a cidade, a dissertação de Bexiga (2013, p. 56) um provoca questionamento sobre a relação do que seria considerada a “não-cidade” (ou “os lugares de extração de rochas”) e o abastecimento daquilo que é reconhecido como “urbano na cidade (ou a própria cidade)”:

[...] empreendendo largas avenidas, pavimentando ruas, construindo constantemente casas, edifícios, enfim, concreto. Dos blocos de granito aos granitos ornamentados, dos paralelepípedos às britas, destas ao saibro, o pó que restou da pedra, esta, sob diferentes formas, serviu como a pretensa base sólida (a “realidade física”) da cidade. Uma cidade de pedras. Essa cidade continuamente em processo, inchando-se, expandindo, demanda a existência da pedreira num lugar que é como a contra-figura da cidade – o bucólico, campo, rural. A cidade se encrava, e a não-cidade lhe constrói. (BEXIGA, 2013, p. 56).

De acordo com Bexiga (2013, p. 14), as pedreiras localizam-se “nas bordas da cidade”, num “lugar ambíguo destinado ao “crescimento” da cidade, mas situado distante de suas regiões reconhecidas como “urbanizadas” (BEXIGA, 2013, p. 14). A respeito deste “lugar marginal”:

[...] não refere-se apenas a certas regiões das cidades, mas aos próprios sujeitos que habitam esses lugares – marginalidades invisibilizadas que constituem a cidade

como lócus, por excelência, da “civilização”, constituída e alimentada pelo que reside nas margens do “civilizado” (BEXIGA, 2013, p. 13).

No Morro Santana, para além da destruição da paisagem natural, o regime de trabalho implantado deixou como legado um sistema de moradias precárias, com a formação de vilas operárias próximas às pedreiras. Esses primeiros barracos foram construídos pelo proprietário da área, que cedia luz e a água era obtida através de poços (GASTAL, 1995, p. 44-47).

Figura 2 - Vila Nova Pedreira (Morro Santana).



Fonte: Proença Fernandes (2011).

O fato desses trabalhadores não possuírem o título de posse de seus terrenos, além do acesso a água e luz legalizada demonstra o quanto esse sistema de moradia e de trabalho era marcado por precariedades. Essa contradição também é observada em pedreiras desativadas de outras regiões de Porto Alegre (BEXIGA, 2013):

Podemos, então, indagar que outros centros, ou, que outros lugares foram “alimentados” pelas pedras – no caso do bairro Tristeza, por exemplo, as pedreiras forneceram matéria-prima para diversas construções no próprio local, como casas de pedra, duas igrejas, ruas e monumentos em praças. Entretanto, ao se percorrer a rua fronteira à extinta pedreira, o concreto e o asfalto, fornecidos por ela e presentes por todo o bairro, simplesmente desaparecem: o asfalto e os paralelepípedos dão lugar a chão batido e casas fabricadas da bricolagem de tábuas de madeira (certas vezes, de alvenaria); onde moradores, entre os quais, familiares de ex-trabalhadores das pedreiras, ainda lutam judicialmente por seu direito à moradia. (BEXIGA, 2013, p. 52).

Nos anos 1980, a partir de mobilizações comunitárias, as pedreiras enfim são desativadas. Dentre as reclamações dos moradores relacionadas ao empreendimento minerário, estavam a recorrência de quebra vidros das casas, rachadura de paredes, além da

devastação da paisagem natural do Morro. O abandono dessas áreas por parte de seus proprietários, somado ao crescente êxodo rural, contribuiu com a multiplicação das ocupações no Morro Santana. É nesse contexto que surgem as vilas Nova Pedreira, Laranjeiras e Nova Tijuca, dentre outras. Através de mutirões para instalação de “gatos”, garantiram que a energia elétrica chegasse até as casas. Organizados em torno de associações comunitárias e clubes de mães, os moradores conquistaram o serviço de coleta de lixo, a construção de creches e de postos de saúde (GASTAL, 1995, p. 44-47).

De acordo com Gastal (1995, p. 83) o Morro Santana configura-se “em uma alternativa viável e de fácil trânsito para diversos pontos da capital”, por estar situado entre duas importantes avenidas que conduzem diretamente à região central da cidade. Em entrevista, a moradora Letícia do Nascimento, de 29 anos, analisa essa contradição entre a proximidade do Morro com o centro e as questões relacionadas à precarização que estão presentes no território:

Apesar de o Morro estar 20 minutos, no máximo 30 minutos, do centro de Porto Alegre (é uma área extremamente bem localizada), é uma área que enfrenta muita precarização de estrutura né, por descaso do poder público obviamente. Porque tentam nos manter nessa marginalização, de que o pobre se acostuma a viver dessa maneira, que é a maneira que a gente suporta viver, e isso não é a realidade. A realidade é que não nos dão possibilidades, é muito custoso. (NASCIMENTO, 2020).

Decorrente dessa relativa proximidade do morro com a região central e “o contínuo esgotamento dos espaços urbanos nas áreas mais centrais de Porto Alegre” (GASTAL, p. 83), num processo paralelo à multiplicação das vilas, se deu o gradual avanço da fronteira imobiliária em direção à região. De acordo com Gastal (1995, p. 83) desde os anos 1980 e 1990 percebe-se “[...] um novo fenômeno habitacional no Morro Santana, decorrente de novas e imponentes edificações.” Essa chegada de novos empreendimentos também foi verificada por Jachetti (2016, p. 2), que observou: “[...] uma série de condomínios verticais fechados foram implantados na região recentemente, o que aumentou a densidade habitacional e atraiu uma nova classe social [...]” ameaçando “a permanência das famílias locais”. Nesse contexto, chegaram ao entorno do Morro Santana uma variedade de tipos de empreendimentos que transformaram a paisagem da região.

Um desses tipos de empreendimento está relacionado ao setor imobiliário destinado à demanda habitacional das classes populares e médias. A partir dos anos 2000 ocorre uma intensificação desse processo com a construção de empreendimentos financiados pelo

Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que culminou na inserção, em maior escala, de famílias com renda inferior ou igual a 10 salários mínimos no mercado de moradia. No território, percebem-se principalmente empreendimentos situados na faixa 3 (destinados a famílias com renda familiar mensal de até R\$ 9.000,00) construídos pelas empreiteiras MRV e Rossi. Um desses exemplos, considerados “a tendência imobiliária da região” (JACHETTI, 2016) é o Residencial Mais Alto Petrópolis: “Com 8 pavimentos, o conjunto de edifícios aumenta a densidade habitacional da área. O terreno ocupado por ele fazia parte, originalmente, do projeto da Área Especial de Interesse Social⁵ da comunidade Cruzeiroirinho.” (JACHETTI, 2016, p. 2).

Na esteira da abertura proporcionada pelos condomínios populares, um novo conjunto de empreendimentos imobiliários se instalou no entorno do Morro: condomínios de alto padrão voltados para a classe média alta. Parte desses se caracteriza pelo estilo “bairro planejado”, como é o caso do Rossi Caribe, localizado na Av. Antônio de Carvalho. Outros vendem a ideia de “conforto e lazer em equilíbrio com a natureza”, como o empreendimento “EcoVillage Urban Resort”⁶, que tem o preço dos seus lotes na faixa de R\$ 1.750.000 e chegou a ser investigado por danos ambientais (IC.00930.00028/2014⁷).

Sabendo que a renda média da população residente no Morro Santana é de R\$ 933,88 (IBGE, 2010), podemos questionar o papel que esses empreendimentos de alto padrão cumprem na configuração de um caso de “gentrificação verde”, em que o capital se apropria de espaços naturais, valorizando-os a ponto de a região tornar-se inacessível para a população de baixa renda (TORRES; VIVIAN; SANCHES, 2019, p. 694). Em relação a esse fenômeno da influência da implementação de programas de habitação social para a expansão da fronteira urbana nas cidades brasileiras, podemos citar os estudos de Cardoso (2013) sobre o PMCMV. Nessa perspectiva, Telles (2015) aponta:

[...] ao olharmos de perto certos programas – esse o trabalho etnográfico –, nos damos conta de que não se trata propriamente de programas de inserção social, como se diz correntemente, muitas vezes na linguagem (e gramática) de um discurso

⁵ Projeto de Lei (PLL 213/14) aprovado em 2014 que trata da a permanência e regulamentação fundiária de mais de 10 mil famílias que vivem em ocupações irregulares em Porto Alegre, fruto de luta e mobilização popular, que foram conquistadas durante o Fórum de Ocupações Urbanas da Região Metropolitana. Foram definidos como Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) loteamentos de 14 áreas, declaradas por este Projeto de Lei. Dentre elas, as ocupações Cruzeiroirinho e Continental estão localizadas no Morro Santana. (JACHETTI, 2016).

⁶ Verificar o vídeo em: “<https://www.youtube.com/watch?v=4HB4Y4uwgQ0>” e o sítio eletrônico em: <https://www.foxterciaimobiliaria.com.br/imovel/149534/residencial-viamo-santa-isabel-casa-ecovillage-urban-resort-3-dormitorios-zona-sul>. Acesso em: 10 maio 2021.

⁷ Processo disponível em: https://www.mprs.mp.br/media/areas/de/arquivos/demp_2015_02_24.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

edificante. Esses programas podem ser vistos como dispositivos de expansão das fronteiras urbanas – e também fronteiras de mercado. (TELLES, 2015, p. 23).

Conforme previsto por Jachetti (2016), a dinâmica de avanço de empreendimentos imobiliários na região verticais e horizontais deveria atrair novos atrativos comerciais destinados a este novo público de renda mais elevada. Em relação a essa categoria, existem projetos que já foram construídos, outros serão construídos em breve - e dependem de algum tipo de autorização legal - e outros que ainda são apenas rumores a respeito de sua construção. Em relação aos últimos, ainda que não tenham sido concretizados, muitas vezes se tornam fonte de ansiedade na região, principalmente para os moradores das comunidades, que conhecem os possíveis conflitos que podem acontecer, como outros que já ocorreram ao longo do tempo no Morro Santana e em outras partes da cidade.

Figura 3 - Esquilo do Zaffari, está instalado no terreno há cinco anos, de acordo com a Zero Hora.



Fonte: Omar Freitas (2021 *apud* GUERRA, 2021).

Um desses empreendimentos, do qual havia rumores a seu respeito - desde o momento da fixação de uma grande placa do esquilo vermelho, logotipo da companhia Zaffari, em um grande terreno tomado pela mata - recentemente obteve as licenças necessárias e deve se concretizar. De acordo com o jornal Zero Hora, o projeto batizado de “Bourbon Jardim Itália” prevê a construção de supermercado, shopping center e condomínio residencial integrados e

será implantado em etapas, das quais “ainda aguardam aprovação dois complexos residenciais no loteamento” (GUERRA, 2021, online).

Podemos imaginar que, em breve, uma réplica da estátua da liberdade fará companhia a seu vizinho esquilo, já que na quadra seguinte, está previsto a construção de uma loja da rede Havan, outro grande empreendimento comercial (este não-residencial). De acordo com a Zero Hora, as redes Zaffari e Havan vem sendo parceiras de empreendimentos em vários municípios do Rio Grande do Sul:

No caso da loja da Protásio Alves, saiu agora a licença ambiental, informou a empresa à coluna. A Havan já tinha obtido a licença prévia com a prefeitura de Porto Alegre. Ainda falta o documento de instalação, que autoriza o início das obras. O investimento na unidade será de R\$ 30 milhões e prevê uma construção de 16,8 mil metros quadrados (GUERRA, 2020, online).

Os novos empreendimentos acarretam também em uma série de obras e projetos de infraestrutura viária que transformarão radicalmente a paisagem local, acarretando a destruição de áreas de mata nativa e a remoção de pessoas de lugares indesejados para o ponto de vista do mercado. De acordo com o jornal Zero Hora, o grupo Zaffari “[...] informou ainda haver tramitações legais para obras no sistema viário, que visam a trazer melhorias nas duas avenidas que contornam a área.” (GUERRA, 2021, online). Está previsto no Plano de Diretor da cidade o “[...] prolongamento da Av. Germano Schmarczek, a criação da 4º perimetral - que deve passar na Av. Protásio Alves.” (JACHETTI, 2016, p. 3). Outro projeto é encabeçado pelo vereador Jessé Sangalli defende o “prolongamento da Avenida Ipiranga até Viamão” (SANGALLI, [2017]) o que ocorreria a partir da pavimentação de um pequeno trecho da avenida que hoje é de chão batido, mas principalmente a partir da passagem dessa via por áreas de mata nativa do Morro Santana pertencentes a UFRGS.

Essa relação conflituosa, associada tanto às mudanças climáticas mais amplas quanto à situação de precariedade em que se encontram, parecem ter ocasionado uma situação de vulnerabilidade ambiental que expõe à morte a parcela da população mais pobre. Enquanto nos empreendimentos formais a cidade opera na normalidade, com o direito à vida assegurado a uma determinada parcela da população, é nas vilas em que os problemas ambientais causam maiores riscos em função da falta de água, dos incêndios e da proliferação de doenças - ou seja, através de “uma vida constantemente exposta à morte” (MAGALHÃES, 2020, p. 83).

Veremos a partir de agora como se precipitam, se materializam e se encarnam em pessoas os conflitos relacionados à questão ambiental. Através de alguns relatos obtidos na minha inserção no campo entre os anos de 2016 e 2021, buscarei compreender de que maneira

esses “polos de tensão” articulados a uma série precariedades - ou da “destruição como governo da vida e da morte” (VIANNA; MAGALHÃES, 2019, p. 2) - contribuem com a viabilização de dinâmicas necropolíticas (MBEMBE, 2016).

2.1 Surto de Leishmaniose no Morro Santana

Vianna e Magalhães (2019) apresentam reflexões sobre a distribuição desigual das possibilidades de viver e morrer nas cidades brasileiras. De acordo com os autores, as periferias e favelas podem ser administradas e imaginadas como territórios “outros”, zonas fronteiriças ou de margem, sendo objeto de ações singulares:

Estas, por sua vez, vão desde ofensivas militarizadas brutais, como as entradas de contingentes policiais fazendo uso de armamento pesado e blindados terrestres e aéreos – os “caveirões” – até a circulação de representações sobre formas de produção e reprodução de vidas excessivas e desordenadas, o que impacta diretamente os modelos de políticas públicas e o acesso a bens sociais para seus moradores. (VIANNA; MAGALHÃES, 2019, p. 3).

A primeira situação que irei relatar, marca a etapa inicial da minha inserção no movimento comunitário do Morro Santana. Longe de ser um caso isolado, o relato irá servir como um ponto de partida na qual irão se desmembrar outras reflexões acerca da “escassez ou na baixa qualidade” (VIANNA; MAGALHÃES, 2019, p. 4) em que os bens sociais primordiais para garantia da vida são ofertados. Trata-se do surto de Leishmaniose visceral canina que atingiu as vilas do Morro Santana entre 2016 e 2017, suscitando, na época, o debate a respeito das múltiplas precariedades em que muitos moradores se encontravam e a influência dessas condições para a proliferação de doenças infectocontagiosas. Trata-se de um relato que perpassa dilemas e angústias cotidianos enfrentado pela população moradora das vilas, que me levam a concordar com a seguinte afirmação: “[...] não se trata apenas de matar, mas de expor à morte e de multiplicar os riscos de morte daqueles que de algum modo são sempre a sombra deslocada do ‘inimigo’.” (VIANNA; MAGALHÃES, 2019, p. 4).

A situação foi muito intensa para mim e os então integrantes do coletivo Visão Periférica por vários motivos, dos quais aqui enfatizo dois. Primeiramente, por conta de uma questão de proximidade espacial - a casa da família se situava exatamente ao lado do terreno em que, na época, construímos uma horta comunitária - e em segundo lugar pela idade primeira vítima da doença - uma menina de apenas 1 ano e 7 meses. O terreno da horta comunitária se localizava numa ladeira entre duas casas, numa rua sem pavimentação, muito

próxima a área das pedreiras desativadas. Nesta rua, podemos perceber ruínas de concreto, que em algum momento serviram de base para uma “pista de rolagem” de rochas da pedreira e hoje servem como pilares e muros de sustentação das moradias. Nos fundos das casas, havia uma área de mata nativa, muito úmida, por conta de uma das nascentes que corria morro abaixo. O esgoto da casa que ficava acima (literalmente acima, por conta da declividade da ladeira), onde residia a vítima da doença, era despejado no terreno abaixo (o da horta comunitária) sem nenhum tipo de tratamento. Todos os dias, em vários momentos diferentes, éramos surpreendidos com os jatos de água que saiam dos canos expostos na parede da casa (provavelmente oriundos dos ralos de pia e do esgoto sanitário) e corriam barranco abaixo, infiltrando-se no solo úmido e misturando-se com a água da nascente. Também, havia muito lixo acumulado na área, parte dele formava uma verdadeira montanha visível a olho nu, enquanto outra parte já estava enterrada e misturava-se com a vegetação. Me lembro bem de que nos primeiros mutirões de limpeza da área, retiramos muitas fraldas usadas, brinquedos velhos e até mesmo um carrinho de bebê, que possivelmente pertenceram à menina. Era impossível escapar das frequentes picadas de mosquito, que mal sabíamos na época, mas era o vetor da doença.

Foi nesse cenário de múltiplas precariedades em relação a direitos básicos, em que Leishmaniose visceral humana - doença considerada de ocorrência “muito rara” - proliferou-se e levou três moradores a óbito (TAVARES, 2017). De acordo com o Boletim Epidemiológico da Equipe de Vigilância das Doenças Transmissíveis, da Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre:

Em 29 de setembro de 2016, foi confirmado em Porto Alegre o primeiro óbito em decorrência de leishmaniose visceral humana (LVH) autóctone, em paciente residente na região do Morro Santana, zona Leste da Capital. Em fevereiro e maio, outros dois óbitos foram confirmados em função da doença. Os três pacientes tinham idades diferentes – uma menina de 1 ano e sete meses, um homem de 46 anos com histórico de tuberculose e uma idosa de 81 anos, assintomática para LVH. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2017b, p. 1).

A transmissão da doença ocorre através do vetor mosquito-palha ao picar humanos após já ter picado um cão infectado pelo protozoário *Leishmania* (MELO *et al.*, 2020).

O surto ocorreu numa região próxima de áreas onde foram desmatadas grandes parcelas de mata nativa para a construção de empreendimentos imobiliários. Condições que vão de encontro com um recente estudo que identificou a influência positiva do desmatamento, da escassez e da má qualidade da água para o desenvolvimento de vetores transmissores de doenças (MELO *et al.*, 2020, p. 17).

Outros estudos destacam a influência das mudanças climáticas na saúde humana, seja por conta do aumento da exposição a altas temperaturas quanto em relação aos efeitos mediados por sistemas naturais, como em doenças transmitidas por vetores (FLOSS; BARROS; SILVA, 2020, p. 13). A doença que, no Brasil, “inicialmente possuía um caráter eminentemente rural” cada vez mais vem sendo percebida em áreas urbanas, dentre outros motivos, devido à “urbanização desordenada e intensa” e a “redução do espaço ecológico da doença e consequente expansão das áreas endêmicas para o ambiente urbano” (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2017b, p. 2). Em entrevista para a BBC Brasil (SEIBT, 2017), a doutora em Ciências Veterinárias com ênfase em Parasitologia na UFRGS, Mariana Teixeira, afirma que para além da expansão desordenada das cidades, as mudanças climáticas também podem estar relacionadas ao aparecimento da doença. De acordo com ela:

O vetor silvestre da leishmaniose se adapta à zona urbana à medida que as cidades avançam para a mata. Além disso, uma das proteções que a região sul tinha contra a expansão do mosquito era o inverno, e ultimamente as estações do ano já não são mais tão bem definidas (TEIXEIRA, 2017 apud SEIBT, 2017, online).

A família relatou ao G1 que desde o aparecimento dos primeiros sintomas, ao longo de cinco meses percorreu postos e hospitais em busca de um tratamento para os sintomas, porém nenhum dos médicos conseguiu diagnosticar corretamente: “[...] cada um dando um diagnóstico diferente e ela cada vez piorando. Buscava e buscava, e nada de saber o que estava acontecendo. E ela ficando fraquinha [...]” (GALISA; SABALLA JÚNIOR, 2016, online). De acordo com matéria do G1, somente em setembro, poucos dias antes da criança morrer, médicos do Hospital de Clínicas de Porto Alegre descobriram que a menina tinha Leishmaniose, doença que a família nunca tinha ouvido falar. A reportagem ainda demonstra a situação de precariedade em que se encontravam os moradores da região em relação ao saneamento básico, abastecimento de água e saúde pública:

As condições de higiene e saneamento na região são precárias. Nos pontos mais altos, não há água encanada e os moradores se abastecem em caixas d’água. “Lá em casa, está todo mundo com diarreia. E não temos outra água”, comenta uma mulher que mora no bairro. Os moradores reclamam que antes do problema aparecer as visitas dos agentes de saúde eram raras e que o principal posto de saúde da região não tem médico. Quando precisam de uma consulta, os pacientes são encaminhados para outro posto, na Vila Bom Jesus, o que não garante atendimento (GALISA; SABALLA JÚNIOR, 2016, online).

Nos meses seguintes a confirmação dos primeiros óbitos, foi emitido o alerta epidemiológico para os serviços de saúde da cidade e foi construído, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Equipe de Vigilância de Doenças e Transmissíveis, um Plano Municipal de Intensificação das Ações de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral, que visava intensificar as ações de vigilância em saúde e controle da doença na capital (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2017b). Entre março e abril de 2017 ocorreram ações de educação e mobilização, através de reuniões e palestras com líderes comunitários e moradores em geral e a elaboração do plano, com a comunidade, considerando seus potenciais no planejamento e execução das ações. Simultaneamente, foi estabelecido o monitoramento de todos os cães da região através de testes rápidos e microchipagem, a distribuição de coleiras antiparasitárias e repelentes de insetos nas unidades básicas de saúde. No dia 2 de maio de 2017 foi declarado o “Encerramento da Situação de Emergência [...] já que as metas propostas no Plano de Ação foram atendidas e novos casos de LV Humana não ocorreram nos últimos dois meses.” (HARZHEIM, 2017, p. 26). De acordo com matéria do Diário Gaúcho (GULARTE, 2016):

Na região onde ocorreu o caso, as equipes de Vigilância de População Animal e da Secretaria Especial dos Direitos Animais (Seda) fizeram testes com 103 cachorros. Destes, 21 tiveram a doença confirmada no teste rápido e no que foi enviado para o Laboratório Central do Estado (Lacen). Na Vila Tijuca, pela proximidade com o local, foram 111 animais verificados, dos quais 21 foram tiveram a doença confirmada no teste rápido. Ainda se aguarda a confirmação do teste do Lacen. Todos os animais positivados foram encoleirados, microchipados e levados das residências, ficando sob os cuidados da Seda. (GULARTE, 2016, online).

Diante da situação de emergência, em 2017, foi fundamental o envolvimento e a dedicação da Equipe de Vigilância em Saúde do município com a comunidade do Morro Santana, momento em que me recordo carinhosamente da figura do servidor Guaracy Bomfim Vianna. Em uma reunião que aconteceu durante a semana, à noite, no salão de uma pequena igreja da Vila Pedreira, com toda calma e serenidade, sabendo do peso que carregava consigo por conta do crachá da prefeitura, o servidor escutou os moradores, respondeu dúvidas e tentou encaminhar algumas demandas para os órgãos competentes, como os mutirões “bota fora” para limpeza de alguns focos de lixo. O envolvimento de Guaracy com a questão era tão grande, que era comum ele ligar para mim e outros moradores, sempre buscando articular soluções coletivas e que pudessem evitar mais fatalidades. Em dado momento ele se reuniu com os integrantes do coletivo Visão Periférica para fazer o mapeamento das trilhas do Morro Santana e efetivar a colocação de placas sinalizando as áreas de risco de contaminação, e

buscou a construção de um programa sobre educação ambiental na rádio A Voz do Morro. De acordo com Rodrigo, presidente da Associação de Moradores da Vila Tijuca, em entrevista para o Repórter Popular (SILVA, 2018b):

[...] quando teve o surto de leishmaniose na região, encontramos no Guaracy um companheiro de primeira hora, um militante incansável. [...] No tempo em que ele nos ajudou no morro, ele ficava além do horário de serviço, trabalhava nos finais de semana, até mesmo durante as férias. (RODRIGUES, 2018 *apud* SILVA, 2018b).

Em 26 de janeiro de 2018, Guaracy foi executado no pátio de sua casa, no bairro Aberta dos Morros, por volta das 7 horas da manhã. Vários disparos foram efetuados e os criminosos fugiram sem levar nenhum objeto (SILVA, 2018b). Uma familiar chegou a relatar que ele vinha recebendo ameaças. Hoje, passados mais de 3 anos, a polícia trata o caso como execução (BALANÇO GERAL RS, 2018), porém ainda não se tem respostas sobre os autores do crime nem sua motivação.

Essas fatalidades foram os primeiros contatos que tive, ao longo do trabalho de campo, com as “tramas do morrer” (VIANNA; MAGALHÃES, 2019, p. 4) na qual as populações periféricas estão sujeitas cotidianamente nas periferias brasileiras. A jovem menina, que desde muito cedo esteve exposta a morte pela política de precarização, acabou literalmente sendo “deixada morrer” pela falta de um diagnóstico correto para sua doença. Enquanto Guaracy, homem negro, que fazia do trabalho sua militância - justamente para evitar que novas vidas fossem ceifadas precocemente - foi executado com vários tiros em frente de casa, na forma mais explícita da necropolítica existente na sociedade brasileira, a tragédia - que também pode ser chamada de genocídio da população preta e pobre - dos mais de cinquenta mil homicídios (em sua maioria homens negros) por ano.

A partir de agora, na busca por delinear ainda mais esses conflitos socioambientais, continuarei explorando outras situações que compõem esse quadro mais amplo de exposição no qual os moradores se encontram submetidos no Morro Santana, em função de todos os aspectos já mencionados anteriormente.

2.2 Falta de água e a pandemia do Novo Coronavírus de 2019

O segundo relato que irei apresentar pode ser considerado um “evento limite” por conta de uma combinação de fatores. Em março de 2020, nas semanas que antecederam a eclosão da pandemia de Covid-19, uma grave situação de desabastecimento de água no Morro

Santana revoltou a população. Antes de prosseguir, é importante mencionar que a questão da água nas vilas e periferias de Porto Alegre é um problema crônico que se agrava no verão e nos períodos de Ondas de Calor⁸ - por conta da demanda de consumo de energia e de água - sobretudo nas “áreas” consideradas “críticas” pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), dentre as quais o Morro Santana está situado (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2017a, p. 4).

Num contexto estadual, a situação era crítica tendo em vista que desde novembro de 2019, o Rio Grande do Sul vivia um momento de forte estiagem, em que 129 municípios chegaram a decretar situação de emergência em razão dos prejuízos causados pela escassez de chuva (AIRES, 2020). Somente no pandêmico ano de 2020, foram mais de 50 dias sem abastecimento de água regular, de acordo com levantamento do veículo de mídia local Repórter Popular. De acordo com a nota da RPC, de março daquele ano: “[...] o povo acorda para trabalhar e não tem um pingo na torneira e quando volta para casa, cansado, a situação segue a mesma.” (RESISTÊNCIA POPULAR COMUNITÁRIA, 2020, online). Em entrevista ao portal Brasil de Fato, uma moradora relatou:

Todos os dias, em algum momento, falta água e isso eu estou falando da parte mais baixa do morro, porque a área Morro Santana é bem extensa. A parte que fica mais acima, no topo, onde tem as ditas caixas d’água, é onde mais falta de água, isso chega a ser uma ironia. A água demora muito a subir, por vezes até nem sobe. (SANTOS, 2020 *apud* REINHOLZ, 2020, online).

Como exemplo, posso trazer aqui a situação da minha própria família. Nossa casa se situa numa região mais baixa, no entorno do morro, em rua pavimentada, com acesso a infraestrutura de saneamento e possui caixa d’água. Mesmo assim, é comum passarmos, em praticamente todos os verões, por períodos de abastecimento de água intermitente. Quando isso ocorre, de manhã cedo, enquanto ainda há pressão nos canos, é o momento de se encher os baldes, garrafas e canecas para passar o dia. Ao longo do dia, a pressão da água vai diminuindo até o ponto de desaparecer. Ao anoitecer, é comum ficar na expectativa da volta da água nos canos para conseguir realizar simples atividades como tomar banho, lavar louça, roupas etc. De algum modo, já estávamos acostumados com essa dinâmica que se repete a cada ano no período do verão, porém no verão de 2020, por conta da articulação desse

⁸ Não existe uma definição universal do que é uma Onda de Calor. Floss; Barros e Silva (2020, p. 5) afirmam que “de forma geral, uma OC pode ser compreendida como um período de dias consecutivos com condições de temperatura mais quentes do que o habitual, para uma região e época do ano específicos”. Cabe ressaltar que “[...] a temperatura é apenas um componente da Onda de Calor, que também depende da umidade, velocidade do vento e carga da irradiação.” (FRONZA, 2020, p. 14).

fenômeno com questões externas - estiagem, pandemia, etc - a crise de desabastecimento de água tomou novas proporções.

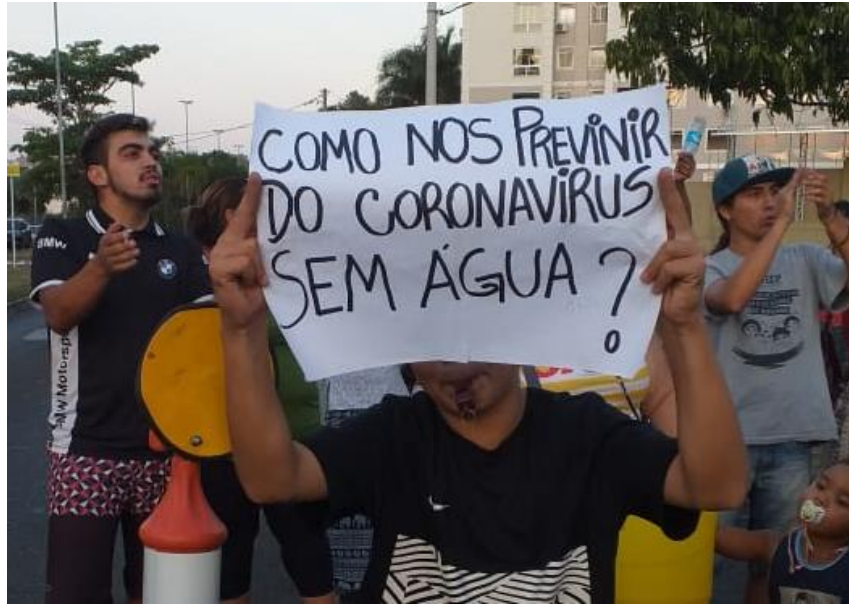
No dia 13 de março de 2020, um grupo de moradores convocou uma manifestação contra a falta de água a partir de um grupo de *WhatsApp*, que logo foi amplificada a partir da página do Facebook *A Voz do Morro* e difundida em outros grupos da comunidade. Eu havia combinado de encontrar o professor Alexandre num ônibus em uma região mais central após o expediente da minha bolsa de extensão para juntos nos dirigirmos à manifestação. Ainda em deslocamento, acompanhamos pelo grupo do *WhatsApp* que a manifestação tinha começado, e ao nos aproximarmos da região leste foi perceptível o impacto da intervenção, o trânsito foi ficando mais lento quanto mais próximo da região do Morro Santana. Com receio de chegarmos muito tarde, afinal eu havia me comprometido em fazer a cobertura pelo Repórter Popular, decidimos descer do ônibus alguns pontos antes e caminhar cerca de 1,5km até o local da concentração.

Chegando lá, pude perceber um grupo de aproximadamente 50 moradores, a maioria mulheres, bloqueando parcialmente a Avenida Protásio Alves (REPÓRTER POPULAR, 2020a), batendo panelas, garrafas e baldes vazios, ecoando o grito de “queremos água”. Uma faixa preta com dizeres em vermelho, pintada a mão, dizia “FALTA ÁGUA NO MORRO MAS A PISCINA DOS RICOS SEGUEM CHEIAS. MORRO SANTANA NA LUTA POR VIDA DIGNA.” Outro cartaz, carregado por um menino, pela faixa etária de uns 10 anos, antecipava os momentos angústia que iniciaram na semana seguinte (e hoje duram mais de um ano): “COMO NOS PREVENIR DO CORONAVÍRUS SEM ÁGUA?”.

Numa clara demonstração de que mesmo “longe de circunscritas aos períodos coloniais historicamente consagrados, as relações, formas de guerra e práticas coloniais” se reinventam constantemente através de mecanismos de “fragmentação territorial, guerra de infraestrutura, militarização da vida cotidiana, conexão estreita entre vigilância e letalidade” (VIANNA; MAGALHÃES, 2019, p. 3) pude notar que a Brigada Militar⁹ acompanhava a manifestação no canteiro central, com armas em punho e de maneira intimidatória. Moradores relataram que inicialmente a manifestação bloqueou totalmente a avenida, porém a chegada da Brigada Militar tratou de reprimir moradores com empurrões, buscando provocar algum tipo de conflito. Os moradores, de forma pacífica recuaram, mas mantiveram a manifestação ocupando meia pista.

⁹ Nome pelo qual é conhecida a Polícia Militar no Rio Grande do Sul.

Figura 4 - Manifestação contra falta d'água (Morro Santana).



Fonte: Silva (2020).

Na transmissão ao vivo para o Repórter Popular, que pode ser conferida na página do Facebook (AVOZ DO MORRO, 2020), uma moradora relata que “11 horas da manhã já ‘tava’ sem água [...] de noite 11 horas já não tem mais” (MORADORA 1, 2020). Segundo ela, o DMAE afirma que “estão em obra, mas a gente chega lá e não vê obra nenhuma” (MORADORA 1, 2020). Quando questiono a quanto tempo estão nessa situação ela afirma “duas semanas, três semanas, já vai quase um mês... O mês de fevereiro foi horrível, tinha e não tinha, e agora em março piorou.” (MORADORA 1, 2020). É interessante pensar o quanto o acesso intermitente ao serviço acaba produzindo memórias temporais muito distintas nos moradores sobre o período em que se está com ou sem água na comunidade. Essa indefinição do tempo é interessante para pensar a experiência da precariedade e pode ser enquadrada naquilo em que Vianna e Magalhães (2019) propõem a chamar de “momentos ou processos de ‘desfazimentos da vida’, indicando que esta última não é experimentada ao longo do tempo como se seguisse inevitavelmente em linha reta”:

Ao invés disso, o que percebemos ao acompanhar e conversar com pessoas que passaram por algumas destas situações enunciadas acima, é que em certos momentos o mundo parece de fato “acabar” por um tempo. “Nem sei te contar”, “não sei se aguento” e frases semelhantes, menos que exemplos descontextualizados, são formas de dizer e agir sobre estes momentos de impasse e embaralhamento profundo da existência. (VIANNA; MAGALHÃES, 2019).

Outra moradora relata que a situação no Morro Santana “[...] está crítica, a gente tá sem água desde novembro e a gente tá aqui pedindo que alguém do DMAE ou da prefeitura, de algum lugar venha conversar com a gente.” (MORADORA 2, 2020). Quando questiono como ela estava fazendo para ir trabalhar ela responde que o “lenço umedecido é o nosso aliado” (MORADORA 2, 2020). Essa moradora ainda complementa, que além do DMAE afirmar a existência de uma suposta obra, que não pode ser confirmada pela comunidade, “[...] e agora por último, eles não tão nem dando número de protocolo pra gente [...] acho que pra gente não entrar com mais nenhum processo contra eles.” (MORADORA 2, 2020).

No final do ato, moradores se aproximaram e fizeram uma pequena rodada de balanço. Uma moradora tomou a palavra e trouxe uma reflexão a respeito da gravidade da situação em que estavam vivendo e a importância da tática de ação direta que foi utilizada: “A gente tem o direito de ter água, por isso que a gente trancou o direito de ir e vir deles [...] imagina, desde as 11h da manhã a gente não tinha água.” (MORADORA 3, 2020). Outra moradora da Vila das Laranjeiras, que hoje é vereadora, ressaltou a importância da manifestação “num espaço que há muito sofre com a falta água” e que isso se tratava de “uma violência estrutural”: “É uma violência do Estado com a gente, que sequer se dá o trabalho de chegar até aqui pra saber qual é a necessidade, e que tá vendendo tudo aqui no entorno e a gente tem que entender que isso é por causa da especulação imobiliária [...]”, afirma a quarta moradora (MORADORA 4, 2020).

O DMAE (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2017, p. 04) justifica o desequilíbrio no sistema de abastecimento com o crescimento populacional na década 2000-2010, período em que uma estação foi desativada por não apresentar mais condições de tratamento. Expõe que áreas com altitude e distância elevada (devido ao percurso da água pela canalização) são marcadas pela instabilidade do sistema. Afirma, ainda, que necessita de um investimento de R\$ 87 milhões para suprir a demanda da região (REINHOLZ, 2020). Porém, sabe-se que mais de R\$ 300 milhões foram retirados do caixa do DMAE para pagamento “socorro” de dívidas da Prefeitura (REPÓRTER POPULAR, 2019a). Portanto, é nítido que tais investimentos não ocorrem por falta de verba, e sim por decisão política da Prefeitura.

Em relação à situação de desabastecimento de água, um dos pontos mais altos habitados do Morro, conhecido como “Borel”, é abastecido por meio de caminhões pipa que enchem diariamente as caixas d’água comunitárias, pois não há estrutura de bombeamento. Uma dessas caixas está danificada e deve ser reparada como uma medida emergencial. O DMAE prometeu doar uma nova caixa d’água, mas a obra de instalação — que necessita da construção de uma base de concreto — ficaria a cargo da comunidade. Percebe-se o quanto a

relação entre o poder público e as comunidades periféricas é marcada por “um fazer pela metade”, uma espécie de cidadania incompleta. Essa situação é verificável no caso da precariedade no abastecimento de água potável em Porto Alegre e as justificativas dadas pelo DMAE. Por exemplo, no caso mencionado acima em relação à caixa d’água do “Borel”, ou na situação que traz a moradora Letícia:

[...] na rua onde eu vou construir, a gente só tem água pq a gente teve que pagar máquina retroescavadeira para fazer o saneamento por conta. Todos os pedidos que foram encaminhados, o DMAE negou viabilidade, alegando que teria que ser uma extensão muito maior do que a permitida para chegar água da esquina até as casas que não tem água. (NASCIMENTO, 2021).

Em outro exemplo de como os direitos são oferecidos de maneira parcial ou incompleta, podemos pensar que mesmo quando existe um abastecimento de água, muitas vezes a qualidade da água disponível é muito baixa. Letícia relata “um estudo sobre a qualidade da água que é ingerida” que moradores fizeram a partir da análise de caixas d’água. Ela ressalta que o método utilizado é de “uma pesquisa, assim, bem “por alto”, já que não foi levada a água para ver carga de microrganismos” (NASCIMENTO, 2021):

Nós visitamos aproximadamente 30 casas com caixa da água e dessas 30, 25 caixas tinham algum tipo de larva do mosquito, por mal condicionamento, falta de manutenção. Ainda assim descobrimos inúmeras casas aqui no morro que não tem banheiros, não tem acesso a saneamento, não tem água encanada. Inclusive na minha rua tem duas que não tem água encanada e uma que não tem banheiro, a moça faz as necessidades fisiológicas em balde ‘pra’ descartar. (NASCIMENTO, 2021).

Os argumentos do DMAE, em relação a determinadas regiões da cidade sofrerem com maior instabilidade já que estão “distantes”, tomando como ponto de partida os Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), partem de um pressuposto que, embora o direito à água potável seja universal (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2014), ele é entregue de maneira incompleta: quanto mais periférica a área, em relação aos SAA, maior instabilidade. Essa forma de pensar a infraestrutura urbana parece ser estruturada em parte pelo que Eduardo Marques (2000, p. 229) chama de “seletividade hierárquica das políticas”. O autor entende que o comportamento da esmagadora maioria dos quadros técnicos do setor se baseia no pressuposto de que é justo investir mais e primeiro (assim como operar os sistemas melhor) para as camadas mais ricas da população:

Essa hierarquia não é tampouco reflexo do imaginário construído sobre cada parte da cidade, mas de um problema bem mais amplo, ligado à forma pela qual os engenheiros (e ao menos em parte também os administradores públicos) encaram a

cidade, a sociedade, os ricos, os pobres etc. Embora o imaginário sobre os espaços da cidade não seja simples reflexo de tal visão de mundo, também é por ela fortemente influenciada. (MARQUES, 2000, p. 229).

Conforme já havia sido antecipado, tendo em vista o surto de Leishmaniose de 2017 e o questionamento do cartaz erguido na manifestação do dia 13 de março, era evidente que a eclosão da Covid-19 jogaria a população das periferias num cenário mortífero de “putrefação, amontoamento e cremação de cadáveres” nas palavras de Mbembe (2020, p. 5). A situação da população das periferias de Porto Alegre ainda foi agravada pela extinção do Instituto Municipal da Estratégia de Saúde da Família (IMESF) por parte da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que acarretou na demissão de 1,8 mil profissionais da saúde e no fechamento de cerca de 40 unidades de saúde, algumas delas situadas no Morro Santana (REPÓRTER POPULAR, 2020b).

Todo esse contexto se evidencia nos dados da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que mostram que os bairros periféricos e pobres são os com maior número de casos e mortes pelo coronavírus (HARTMANN, 2020). No caso da região compreendida pelo território do Morro Santana, até o dia 08 de maio de 2021, havia sido notificados 5655 casos e 86 óbitos pelo coronavírus (DADOS..., 2020). Há de se considerar, no entanto, que o número de casos e óbitos na região deva ser bem maior, levando em consideração que grande parte dos casos constam como “bairro não notificado” e ainda que existem muitos casos que sequer são notificados como coronavírus.

De acordo com Magalhães (2020, p. 83), isso que é muitas vezes é compreendido como consequência de uma “gestão ineficiente” em relação ao combate ao coronavírus, pode ser compreendida como um modo de governar através da política de precarização:

Essa suposta inépcia da administração pública em relação à definição de ações mais incisivas no combate aos efeitos perversos do novo coronavírus na vida dos moradores de favelas e periferias não se deve apenas a uma gestão ineficiente ou à incompetência dos administradores, mas se caracteriza pelo modo mesmo como se efetiva o governo dos pobres urbanos ao longo de nossa história, marcada pelo o que Freire (2019) chama de um governo pela escassez. Nesse sentido, a política de precarização é uma forma de viabilizar a necropolítica, nos termos de Mbembe (2016), isto é, quando a produção da morte (e de uma vida constantemente exposta à morte) se transforma no objetivo central dos cálculos do poder. (MAGALHÃES, 2020, p. 83).

2.3 Queimadas

Se os relatos anteriores trataram sobre os impactos da ausência de água e seus impactos em relação à saúde humana, o terceiro relato será a respeito do fogo, elemento

também muito presente na realidade dos morros de Porto Alegre. Antes de partir para esse relato especificamente, ressalto que - assim como nos casos anteriores - não se trata de um evento isolado, afinal existe uma recorrência desse fenômeno. De acordo com a nota da Resistência Popular Comunitária (2020, online), que questiona: “como combater fogo sem água?”, e afirma: “tão comum quanto a falta de água nessa época do ano são as queimadas no Morro Santana”, somente em 2020 foram três incêndios no topo do Morro Santana.

Pretendo aprofundar minha pesquisa a respeito das queimadas em meu projeto de mestrado, utilizando como referência o Banco de Dados de Queimadas¹⁰ e buscando relacioná-los com ocorrência de ondas de calor, baseado na pesquisa “Caracterizando Ondas de Calor no Centro-Sul do Brasil, de 1980 a 2019” (FRONZA, 2020). No entanto, por questões de viabilidade metodológica, para esta monografia fiz um levantamento preliminar baseado em sites de notícias dos veículos de mídia (G1, Correio do Povo, GaúchaZH, Rádio Guaíba, POA 24h e Portal Leouve) entre 2015 e 2020, onde pude levantar a existência de 25 notícias a respeito de incêndios de proporções significativas na vegetação dos morros de Porto Alegre, sendo 9 delas no Morro Santana. A tendência é que esses números sejam muito maiores quando analisados pelos dados de satélite.

Veremos a seguir, a partir de recortes de notícias (grifados por mim) sobre os incêndios o Morro Santana, que o Corpo de Bombeiros tem dificuldade de apurar a causa das queimadas, embora aponte algumas condições climáticas externas e ações humanas que parecem contribuir com a ocorrência do fenômeno:

[...] o Corpo de Bombeiros costuma dizer que **“não há como apurar como o fogo teria se iniciado”** mas que as **condições climáticas de “umidade relativa do ar muito baixa, vento e temperatura elevada, podem ter contribuído”** (SUL 21, 2018, online).

O fogo atinge a área de vegetação da região, e os bombeiros trabalham para que o incêndio não chegue a área residencial. Segundo a corporação, as chamas começaram antes das 18h. **As causas ainda são apuradas.** (GAÚCHA ZH, 2019, online).

O vento forte e a vegetação seca fez com que o fogo se espalhasse rapidamente. A origem do incêndio ainda é desconhecida. "Um toco de cigarro, até um fósforo que se risque ali, que não esteja bem apagado, pode ocasionar um incêndio", arrisca o tenente Moraes. (HEURICH, 2020, online).

Outro elemento recorrente nas notícias, é a ênfase em que “o local é de difícil acesso”, o que parece reforçar também a ideia de que o fogo teria atingido somente áreas de vegetação e não trouxeram ameaças à população:

¹⁰ Disponível em: <http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/bdqueimadas/>. Acesso em: 10 maio 2021.

Conforme o oficial de serviço capitão Rodrigo Martini Rodrigues, **as chamas consumiram parte da vegetação e não ofereceram risco a residências** e nem a rede de alta tensão. **O local é de difícil acesso.** (GAÚCHAZH, 2015, online).

Um incêndio atingiu o Morro Santana, na Zona Leste de Porto Alegre, na noite desta segunda-feira (13). Segundo o Corpo de Bombeiros, **somente uma área de vegetação foi atingida, e ninguém se feriu.** (G1 RS, 2015, online).

Conforme o Corpo de Bombeiros, **não há risco para residências, mas o local é de difícil acesso.** Equipes estão no local para controlar as chamas consideradas de média proporção e que se iniciaram por volta das 21h30min. (MERLIN, 2016, online).

Uma exceção parece ser a matéria do Correio do Povo de 2019, que menciona que “[...] duas pessoas foram retiradas desmaiadas após inalar fumaça. Ítalo Castro, de aproximadamente 30 anos, foi encaminhado ao Hospital de Pronto Socorro (HPS). Já Julieta Barbosa da Silva, 88 anos, foi levada para casa de uma vizinha.” (AMARAL, 2019). A matéria ainda reforça a narrativa de que as queimadas já se tornaram “tradição” para os moradores do Morro Santana, e menciona a importância do envolvimento dos moradores para o combate às chamas:

Para os moradores da rua Faixa Cidadã, localizada no Morro Santana, zona Norte de Porto Alegre, já virou tradição: o calor chega e traz junto os incêndios nas áreas de mata que circundam as residências do local. [...] Quem viu a cena relatou algo inédito, mesmo aqueles que já viram muitos incêndios. De acordo com os relatos, as chamas chegaram a ser mais altas que as residências, e por pouco não atingiram as moradias. Foi graças à atuação dos moradores que o fogo foi controlado antes mesmo da chegada dos bombeiros. Munidos de baldes e mangueiras, eles corriam as ruelas estreitas morro acima para evitar que o fogo se alastrasse. (AMARAL, 2019, online).

O relato acima, de 30 de dezembro de 2019, é muito semelhante com o que irei relatar a partir de agora, da queimada do dia 14 de março de 2020, quando ao anoitecer, após o dia marcado por temperaturas elevadas, aconteceu um destes grandes incêndios. Eu não estava em casa quando a queimada começou, mas lembro que era por volta das 22h, quando recebi algumas fotos e mensagens alertando que o morro estava pegando fogo e que haveria casas em risco de serem atingidas. Esperei alguns minutos, na expectativa de que os bombeiros chegassem, porém as fotos que recebi mostravam que o incêndio se alastrava cada vez mais. Até que decidi prontamente voltar para a comunidade para tentar fazer alguma coisa. A moradora Letícia relata os momentos de “desespero enorme” pelo que passaram os moradores das vilas Continental:

Aquilo pra mim foi um desespero enorme por vários motivos, porque a minha casa foi uma das casas ali da Continental que estava bem próxima, a gente sentia o calor do fogo [...] As casas da Alfazema (que é a rua de cima da minha) as pessoas já estavam tirando as coisas de dentro da casa, no Campo também as pessoas estavam tirando as coisas de casa em desespero. [...] Minha mãe, deficiente física, estava sozinha dentro da casa, sem saber nada, poderia ter morrido ali por asfixia né, porque a fumaça era muito intensa. Poderiam ter morrido outras pessoas né, crianças, por muito pouco mesmo, o fogo não chegou na casa das ruas ali de cima (NASCIMENTO, 2021).

No dia seguinte, ao visitar o local, uma moradora relata a situação: “Nós ‘tava’ dentro de casa, tinha acabado de jantar, ‘tava’ olhando a novela das 9, e o fogo ‘tava’ lá no Butiá, o vento começou a vir e alastrou, foi questão de meia hora.” (MORADORA 4, 2020). Outro morador conta que “o fogo começou lá em cima [...] se eu não me engano, naqueles cabos, uma fâsca ali, lá nas torres” (MORADOR 5, 2020), se referindo as antenas de transmissão de energia que passam por cima do Morro, na área pertencente a UFRGS.

Figura 5 - Incêndio no Morro Santana.



Fonte: Tavares [2020].

Letícia Nascimento (2021) destaca a questão da precariedade em relação ao abastecimento de água, que permitiu que o fogo se alastrasse com maior dificuldade de ser apagado, mostrou “[...] o quanto a gente é abandonado, porque a gente não tinha água nem para tomar quem dirá para tentar controlar o fogo.” Em relação ao atendimento do corpo de bombeiros e a região ser considerada de “difícil acesso”, ela diz que “[...] um ou dois

caminhões de bombeiros chegaram a vir mas alegaram não ter viabilidade para chegar onde estava pegando fogo.” (NASCIMENTO, 2021). Moradores da região do Borel, que por poucos metros não tiveram suas casas queimadas, afirmam que: “a gente ligou tanto...” (MORADORA 6, 2020) e outro morador complementou “nem vieram, nem vieram aqui” (MORADOR 7, 2020), se referindo a dificuldade dos bombeiros em acessar o foco do incêndio.

Na perspectiva da saúde planetária, já havíamos observado que esse tipo de situação recorrente no Morro Santana com “as altas temperaturas, as queimadas, a falta de água e as pressões ambientais afetam a saúde humana, tanto com estresse por calor, como com outros estresses como na saúde mental, saúde cardiopulmonar entre outros” (FLOSS; BARROS; SILVA, 2020, p. 13). De acordo com Letícia, por um lado esses impactos estão relacionados à saúde respiratória, por conta da inalação de fumaça: “[...] a gente ficou com inúmeros problemas respiratórios durante um tempo, porque ficou aquele resíduo da fumaça por mais de 15 dias após o incêndio.” Além disso, a moradora afirma que eventos extremos como esse causam impactos na saúde mental, relacionados à: “questão das pessoas estarem lidando com seus traumas após um incêndio enorme” (NASCIMENTO, 2021).

Ainda na madrugada do incêndio, por volta da meia noite, nos encontramos na biblioteca, momento em que o incêndio já estava controlado. No calor do momento, escrevemos a nota a seguir publicada pelo Visão Periférica, chamando atenção para o descaso do poder público com a comunidade, seja pela falta de água recorrente quanto pela demora no corpo de bombeiros para atender os chamados:

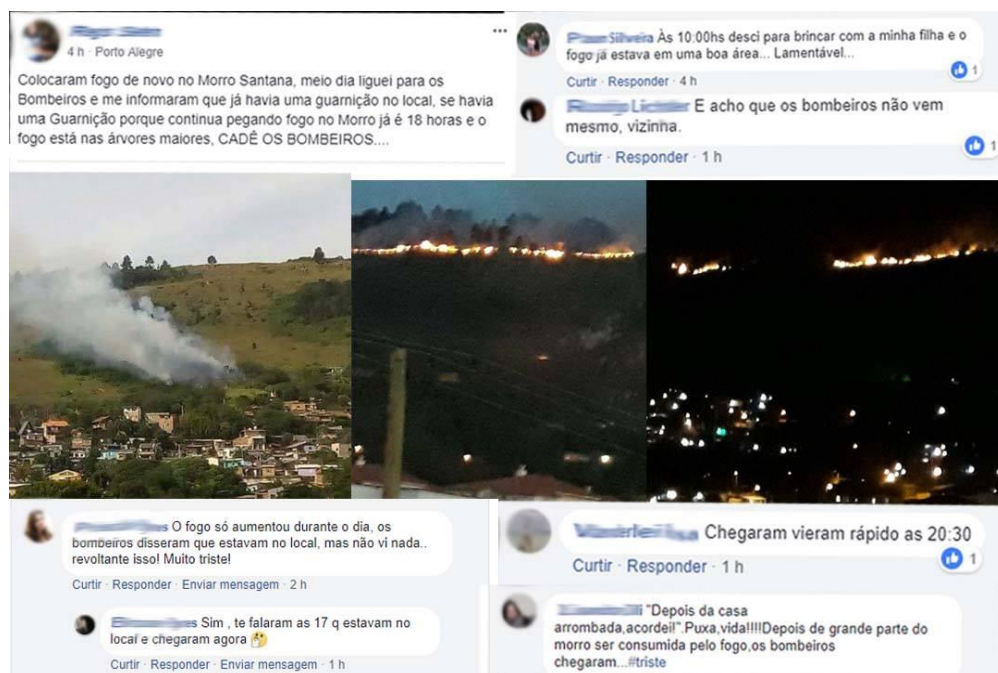
É alarmante que na nossa região esteja faltando água há várias semanas. Hoje, muita gente poderia ter perdido tudo, se ferido ou até mesmo perdido a vida por descaso do poder público. O Morro inteiro em chamas mas onde estava a água para apagar o fogo??? Sem uma gota no morro inteiro. Nos solidarizamos com toda comunidade que se envolveu e subiu o morro para tentar conter o fogo com galhos de árvore, enquanto o corpo de bombeiros não conseguia acessar os focos. (VISÃO PERIFÉRICA, 2020, online).

Para mostrar de maneira concreta a recorrência da problemática das queimadas na comunidade e a maneira como o poder público lida com esse problema, retomaremos brevemente uma outra situação semelhante na mesma região do morro, dois anos antes. A imagem referente a matéria publicada no Repórter Popular relata uma queimada de grandes proporções ocorrida em 12 de abril de 2018 questiona “Onde estavam os bombeiros?”: “A comunidade reclama que passou o dia ligando para o corpo de bombeiros, que afirmou estar

presente no local, mas na prática foi visto pelos moradores [...] quando o fogo já havia se espalhado por uma grande área.” (A VOZ DO MORRO, 2018c, online).

A imagem a seguir, publicada pela página do facebook A Voz do Morro na data do incêndio, de 2018, mostra uma sequência de três fotos que comprovam que com o passar do dia o pequeno foco de incêndio foi tomando maiores proporções. Os comentários de moradores ainda relatam que viram o incêndio começar por volta das 9h da manhã e os bombeiros só chegaram apenas depois das 20h.

Figura 6 - Incêndio no Morro Santana (2018).



Fonte: Poa24h, Regis Seferin e Sonia Ditter (2018 *apud* A VOZ DO MORRO, 2018b).

Outra imagem, publicada em abril de 2018 pelo Visão Periférica, mostra a extensão do incêndio, que atingiu uma área de aproximadamente 19 hectares, muito próxima das moradias:

Figura 7 - Dia seguinte à queimada (Morro Santana).



Fonte: Visão Periférica (2018).

Quando comparamos as duas fotos a seguir que mostram uma mesma casa (com algumas reformas) localizada na encosta do morro nos dias seguintes à queimada, respectivamente de abril de 2018 e março de 2020, podemos ver o risco que ela correu de ser atingida pelo fogo:

Figura 8 - Queimada de 2018.



Fonte: Silva (2020).

Figura 9 - Queimada de 2020.



Fonte: Silva (2018).

Essa dificuldade de apurar a causa das queimadas levaram a elaboração do meu problema de pesquisa que irá ser aprofundado no projeto de mestrado. Dentre as possíveis causas elencadas pelo corpo de bombeiros estão as condições climáticas de “umidade relativa do ar muito baixa, vento e temperatura elevada” (SUL 21, 2018, online), o “vento forte e a vegetação seca” (HEURICH, 2020) e também ações humanas como “[...] um toco de cigarro, até um fósforo que se risque ali, que não esteja bem apagado, pode ocasionar um incêndio.” (HEURICH, 2020, online). Essa incerteza em relação às causas, possibilita o surgimento de um discurso que associa, ao menos parte desses eventos, a incêndios criminosos, que pode ser percebido na fala de Letícia em relação a queimada de março de 2020: “não se sabe se foi acidental ou criminoso” (NASCIMENTO, 2021) e de Iracema que afirma que algumas queimadas seriam “naturais” e outras “criminosas” - nas quais responsabiliza os “motoqueiros” (NASCIMENTO, 2020), em referência à prática de motocross no Morro Santana.

Quanto às causas, até o momento, a pesquisa não me indicou evidências que me levassem a entender que sejam ações pontuais ou criminosas de determinados agentes - principalmente agentes locais. Uma série de fatores me levou à hipótese de que as queimadas estão relacionadas com essa configuração de urbanização intensiva nessas regiões, intensificando a ocupação territorial devastando áreas verdes, destruindo nascentes de rios, sem as devidas políticas de conservação ambiental e de acesso à infraestrutura urbana. Ao longo da EcoTrilha de 14 de março de 2020, passamos por locais do morro onde normalmente haveria nascentes e lagoas e observamos que estavam secos, levando ao questionamento de Iracema: “E a lagoa, secou?”, atribuindo esse problema a disseminação dos *pinus*, que de

acordo com ela: ele seca muito a terra e não deixa nada chegar, nem passarinho”. De alguma maneira Iracema antecipou o evento que viria a acontecer algumas horas depois, segundo relatos dos moradores, “o maior incêndio da história” (TAVARES, [2020]).

Outro problema recorrente é a existência de grande acúmulo de lixo em alguns pontos, e a comum prática de queima de resíduos, fatores que estão diretamente relacionados à incapacidade por parte do poder público em oferecer esse serviço. De acordo com Letícia: “Em alguns lugares aqui do Morro, as retiradas de lixo ainda têm que ser protocoladas no 156 porque não é todos os lugares que o caminhão passa pra retirar.” (NASCIMENTO, 2021). Essa situação de precariedade em relação a construção de infraestruturas capazes de mitigar os efeitos desse crescimento urbano na região - fornecendo o abastecimento regular de água, por exemplo - é agravado, em muitas vezes, pela demora do corpo dos bombeiros em atender esse chamado e as dificuldades de acesso à área. Essa configuração, articulada a fatores ambientais mais amplos, como as mudanças climáticas, as ondas de calor na cidade, a estiagem, etc., parece ter criado a possibilidade de que praticamente qualquer atividade que normalmente acarretaria pequenos focos de combustão, acabassem tomando proporções assustadoras.

Para encerrar o capítulo, trago a fala que um morador fez no dia seguinte a uma das queimadas, que me chamou atenção: “parecia o inferno aqui”, isso me fez pensar na recorrência dessas situações limite - nas quais se encara a morte frente a frente. Uma das falas de Letícia argumenta que “[...] o povo vive uma subvida assim, sem nenhum infraestrutura, luz, água, pavimentação, a precarização é bem grande.” (NASCIMENTO, 2021). Contexto que podemos interpretar a partir da noção de necropolítica de Mbembe (2016, p. 128), que explica as várias maneiras pelas quais populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos”. Mbembe (2020) ainda nos leva a refletir sobre relação entre essa dinâmica com os problemas ambientais:

Será que a Terra, para os humanos, estaria em vias de se transformar em uma roda de despedaçamento, uma Necrópole universal? Até onde irá a propagação de bactérias de animais silvestres em direção aos humanos, se, a cada vinte anos, quase 100 milhões de floresta tropical (os pulmões da terra) forem cortados? (MBEMBE. 2020. p. 5).

3 RESISTÊNCIAS EM TORNO DA LUTA PELA VIDA

Assim como a temática da vida é central para os cálculos do poder - conforme demonstrado no capítulo anterior, veremos aqui o quanto os sujeitos sociais são capazes de definir “os contornos e limites que consideram aceitáveis e desejáveis para suas vidas” (VIANNA; MAGALHÃES, 2019). Conforme Telles (2015), nos contextos da cidade em que operam as das forças da lei e da ordem, existem também “derivadas”, “escamoteamentos”, “linhas de fuga” e “formas de resistência ou de contraconduta” que escapam a “racionalidade dos controles” (TELLES, 2015, p. 34). São conflitos e pontos de atritos que se multiplicam pela cidade e influenciam os modos como os ordenamentos urbanos são produzidos e geridos [...] “afetando os usos dos espaços e seus circuitos, modos de ser, viver e habitar a cidade; de circular e se apropriar de seus recursos.” (TELLES, 2015, p. 36):

Ou seja, os dispositivos de controle operam em um campo atravessado pela indeterminação, nas formas não previstas de composição com outros modos de regulação das relações e conflitos locais, acertos, negociações, um trânsito constante entre mecanismos formais e informais, entre dispositivos legais e extralegais, nos modos de regulação e gestão dos ordenamentos locais, dos microconflitos, disputas, atritos que pontilham esses lugares. (TELLES, 2015, p. 34).

Marcelo Kunrath Silva (2020), em suas reflexões a respeito do associativismo popular, poder comunitário e participação nos territórios, afirma que as “[...] comunidades territorializadas [...] são espaços sociais que tradicionalmente tiveram grande importância nos processos de organização popular.” (KUNRATH SILVA, 2020, p. 99). O autor ressalta, no entanto, que historicamente, o movimento comunitário tendeu a ser concebido como um associativismo de “segunda categoria” por parte significativa das organizações políticas de esquerda (KUNRATH SILVA, 2020). É a partir dos anos 1970 que o associativismo comunitário passa a ser “[...] reinterpretado positivamente, enquanto espaço privilegiado para a construção de processos organizativos com efetivo enraizamento popular, algo que tradicionalmente faltou às organizações políticas de esquerda.” (KUNRATH SILVA, 2020, p. 100).

Esse florescimento do associativismo comunitário nos anos 1970, que se fortalece principalmente após a abertura democrática de 1988 é percebido no Morro Santana. Gastal (1995, p. 31-53) reconstitui a memória de luta em que os moradores organizados em torno de associações comunitárias, entidades de base e clubes de mães, conquistaram direitos como coleta de lixo, instalação de luz elétrica, postos de saúde, etc. A partir dos anos 2000, a partir

da experiência de movimentos como Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR) se organizam também Comitês de Resistência Popular em alguns bairros, sendo um deles no Morro Santana: “Diferente da maneira tradicional e verticalizada das associações de bairro, os comitês se auto-organizavam a partir da democracia direta.” (SILVA, 2018a). Essas experiências irão influenciar indiretamente o surgimento posterior de grupos como A Voz do Morro, Coletivo pela Educação Popular, Visão Periférica e Mães da Periferia (SILVA, 2018a), que têm atuação no território do Morro Santana atualmente.

A união dos moradores em torno da luta pela vida manifesta-se nos momentos mais críticos, que escancaram o abandono da população mais precarizada por parte do poder público. Como já mencionado anteriormente, há uma certa repetição, tanto nos problemas de abastecimento de água na comunidade quanto na ocorrência das queimadas e incêndios de proporções significativas na vegetação, e por conta disso a população encontra suas próprias maneiras de lidar com esses problemas. Conforme Kunrath Silva (2020, p. 100) alguns dos aspectos que diferenciam o associativismo comunitário em relação às estratégias tradicionais das agrupações de esquerda são a “ênfase na cooperação, e não no conflito” e a “atuação direcionada para a resolução de problemas cotidianos”. Em entrevista, a moradora Letícia do Nascimento, de 29 anos, fundadora do Coletivo Mães da Periferia, enfatiza o Morro Santana como o “cantinho do mundo” que a ensinou a “encarar os problemas e criar soluções” (NASCIMENTO, 2021). O morador Sidney Costa Bispo, de 32 anos, fundador do Visão Periférica, complementa: “[...] a questão é que nem todas as soluções estão visíveis ainda, então a gente tem que fazer uma busca para estar implementando essas soluções com maior assertividade. Mas acredito que são problemáticas que de forma coletiva têm grandes chances de serem resolvidas.” (BISPO, 2021).

Em relação a essa busca coletiva para resolução de problemas, Sidney destaca a importância do “enraizamento comunitário” no Morro Santana. De acordo com ele, essa questão está relacionada ao ato de não “apenas morar”, mas “vivenciar a comunidade” em seus aspectos positivos e negativos (BISPO, 2021):

Esse enraizamento comunitário eu trago, como uma vivência, como morador da comunidade, como alguém que não especificamente apenas mora, mas que vivencia a comunidade. Tanto das coisas boas quanto as coisas não tão boas que existem na comunidade. Esse enraizamento que visualiza as problemáticas e também junto da comunidade tenta buscar soluções pra essas problemáticas. (BISPO, 2021).

Esse aspecto coletivo foi observado, por exemplo, no final da manifestação contra falta de água do dia 13 de março de 2020, quando um jovem morador da Vila Estrutural discursou valorizando a importância da união das diferentes vilas do Morro Santana em torno de uma mesma pauta:

A gente tá se vendo enquanto vizinhos, não importa se somos da Laranjeiras, da Tijuca, Figueira, Estrutural, Chocolate, somos todos vizinhos e ‘tamo’ na luta, na peleia, e é isso, a água que falta na torneira é a mesma, a comida que falta, aquele aperto no final do mês é o mesmo, a comida cara é a mesma pra todo mundo. (MORADOR, 2020).

Sidney ainda explica a questão do “enraizamento comunitário”, com uma analogia do crescimento de uma árvore que teve um “aprofundamento de suas raízes”. Essa analogia, nos remete as ontologias percebidas por Escobar (2015) em muitos territórios e indígenas e em algumas comunidades afrodescendentes, a partir do entendimento de comunidade abrangendo humanos e não-humanos:

A questão do enraizamento comunitário eu concebo até como uma árvore, por exemplo. Que em algum tempo ela foi plantada, cresceu, germinou e deu frutos. Mas antes disso, teve um aprofundamento de suas raízes. Acho que o enraizamento comunitário se dá também quando a gente começa a buscar a ancestralidade na comunidade, quando a gente começa a buscar os saberes anteriores a nós na comunidade. (BISPO, 2021).

A analogia do enraizamento comunitário evocada por Sidney associada ainda ao aspecto de “busca por ancestralidade” (BISPO, 2021), imediatamente me remeteu a fala da liderança político-espiritual (‘Kujà’) *kaingang* Iracema, que reivindica o Morro Santana como território tradicional *kaingang*. De acordo com ela: “[...] esse morro é um sagrado pra nós, porque tem muito nossos antepassados enterrados aqui onde nós estamos.” (NASCIMENTO, 2020). Assim como Sidney, que acredita que o enraizamento passa por viver “tanto das coisas boas quanto as coisas não tão boas que existem na comunidade” (BISPO, 2021), ao longo de sua fala, Iracema nos conta que o morro “tem uma história linda” mas ao mesmo tempo “um lado não muito bom”. De acordo com Iracema, nós estamos perdendo os aspectos positivos para a ideia que se chama de “desenvolvimento”:

[...] desenvolvimento que se chama mas ele só destrói [...] Então essa árvore aqui eles plantaram e os nossos eles não acharam bonito, porque? Porque era exemplo da nossa convivência aqui. [...] Ele tem uma história linda, tem história aqui também, um lado não muito bom mas nós, mas nós vamos viver o bom, ‘vamo’ cuidar do morro. Ta certo que nós temos muita coisa mas estamos perdendo pro tal desenvolvimento. (NASCIMENTO, 2020).

No diálogo crítico a respeito da ideia de “desenvolvimento”, Iracema ainda provoca reflexão a respeito das espécies exóticas que foram introduzidas no morro. De acordo com ela, inicialmente “tinha nossas araucárias aqui”, espécie nativa “que dava frutos pra nós” e são “exemplo da nossa convivência aqui”, demonstrando a forte vinculação dessa espécie com a cultura *kaingang*¹¹. Porém as araucárias teriam sido derrubadas ao longo do processo de “desenvolvimento” e no lugar delas “eles preferiram essa árvore [...] que chama de *pinus*, que nem passarinho não chega” (NASCIMENTO, 2020). Numa analogia inversa à que Sidney faz em relação “enraizamento comunitário”, que ocorre de maneira similar ao “aprofundamento de raízes” de uma árvore, podemos entender da derrubada das araucárias como um apagamento de sua cultura pela a ideia de “desenvolvimento” (NASCIMENTO, 2020).

Esse processo de desvinculação material e simbólica entre sociedade e natureza, é observado por Mbembe, ao afirmar que: “a humanidade e a biosfera estão ligadas” e “uma não tem futuro algum sem a outra” (MBEMBE, 2020, p. 11) porém, as comunidades, que durante séculos viviam em equilíbrio com a mata, foram expropriadas e expulsas de suas terras por “regimes tirânicos e corruptos” (MBEMBE, 2020, p. 5). De acordo com Escobar (2015, p. 92) a imposição da modernidade colonial nos territórios originários da América Latina implantou um modo de organizar e pensar o mundo baseado numa “ontologia dualista” (que separa o humano do não humano, natureza e cultura, indivíduo e comunidade, mente e corpo). Ao definir o ser humano como algo externo à Natureza, “abriu-se o caminho para dominá-la e manipulá-la” (ESCOBAR, 2015, p. 92), acarretando na consolidação de uma visão de meio ambiente utilitarista e antropocêntrica, que nas palavras de Gudynas (2019, p. 31) concebe a natureza como uma “cesta cheia de recursos à disposição do ser humano”. Simultaneamente, foi imposto um imaginário para legitimar a superioridade do europeu, considerado o “civilizado”, e a inferioridade do outro, o “primitivo”, de acordo com Acosta (2016, p. 63).

Veremos agora as maneiras pelos quais os diversos agentes comunitários - que atuando coletiva ou individualmente - percebem e lidam com “contextos de grande adversidade, perigo ou destruição” relacionadas principalmente aos problemas socioambientais e criam “[...] espaços que possam ser reconhecidos como minimamente

¹¹No vídeo-documentário “Resistência kaingang: araucária milenar e os ensinamentos xamânicos” a *kujà* Iracema Ga Teh Nascimento inicia seu sobrinho Dóka às práticas xamânicas Kaingang ao redor da araucária milenar chamada Kakawej. Terra Indígena Manguieirinha (Paraná), outubro de 2018. Verificar o vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=2zo0STHiHHo>. Acesso em: 10 maio 2021.

seguros em termos materiais, cognitivos e afetivos.” (VIANNA; MAGALHÃES, 2019), que em última instância, reafirmam vida num território marcado pela precariedade.

3.1 As Ecotrilhas e intervenções comunitárias no Morro Santana

O Coletivo Visão Periférica surgiu na Vila das Laranjeiras em 2015 e é composto por moradores da região que desenvolvem iniciativas relacionadas à cultura e a ecologia como a biblioteca comunitária, trilhas ecológicas, saraus, brechós e mutirões de plantio de mudas (A VOZ DO MORRO, 2018). Outro agente importante, a comunidade *kaingang* residente no Morro Santana, utiliza o território para coleta de materiais para artesanato, ervas medicinais e rituais religiosos. A *kujà kaingang*, Iracema denuncia que o “[...] o Morro Santana recebe constantes ameaças de destruição na forma de novos condomínios, velhas pedreiras, trilhas de moto, incêndios, ampliação de avenidas.” (NASCIMENTO *et al.*, 2018).

De acordo com matéria do Blog Notícia Preta, a EcoTrilha Literária pelo Morro Santana “foi criada com a intenção de que os trilheiros, ao participar da caminhada, doem livros para a biblioteca comunitária Visão Periférica”, além disso “quem está participando da trilha pode plantar mudas de árvores com a intenção de preservar a vegetação do lugar” (MENDONÇA, 2021). A descrição do evento no Facebook “EcoTrilha no Morro Santana com a perspectiva Kaingang”, que ocorreu no dia 14 de março de 2020, anunciava o caráter crítico da atividade, que definia a EcoTrilha como “[...] um trabalho de educação popular e ecologia social, que tem como proposta discutir de forma crítica como se deu a colonização do Morro Santana e de Porto Alegre e também a sua ocupação urbana através da constituição de suas vilas e bairros.”

Por milhares de anos o Morro Santana foi um território indígena, até ser invadido pelo colonizador Jeronimo de Ornellas no século XVIII, com a fundação da Sesmaria de Sant'anna e originando a cidade de Porto Alegre. O Morro Santana reivindicado por comunidades kaingang como um território ancestral, os indígenas utilizam sua mata para coleta de matérias primas para artesanato, ervas medicinais e rituais religiosos. (VISÃO PERIFÉRICA, 2020, online).

Sidney afirma que quando as pessoas buscam fazer o trajeto no Morro Santana, elas estão buscando “[...] algo diferente do que é oferecido no cotidiano, algo quase que meditativo”. De acordo com Sidney a Ecotrilha “tem o intuito de aproximar as pessoas desse ‘religare’ social e ambiental.” (BISPO, 2021).

Essa questão do religare, a questão da conexão com uma área da comunidade, uma área que tenha contato com a natureza, que geralmente centros de cidades, grandes metrópoles não oferecem, e até um privilégio nosso, que nós temos no quintal de casa, no quintal da UFRGS, no quintal do Morro Santana, essa fauna e flora que querendo ou não, ela nos faz bem. (BISPO, 2021).

Em relação a expressão “religare”, Sidney explica que está relacionado a “se sentir íntegros a isso, unos a isso, unidas a isso”. Ainda está relacionado ao “[...] sentir-se fazendo parte de um movimento cultural, de um movimento social, de um movimento para além de si, para além do eu, que comunga o nós.” (BISPO, 2021). As Ecotrilhas ainda buscam alertar as pessoas para as problemáticas relacionadas à infraestrutura urbana das vilas, de acordo com ele, “[...] não num sentido de ‘zooturismo’, mas de cooperar buscando e chegando em soluções a partir de outros olhares.” (BISPO, 2021). Por fim, a Ecotrilha ainda apresenta um caráter econômico a partir da geração de renda “[...] fomentando a economia circular e a economia solidária nos projetos da comunidade e nas organizações como estabelecimentos da comunidade.” (BISPO, 2021).

Figura 10 - EcoTrilha organizada pelo Coletivo Visão Periférica (Morro Santana).



Fonte: Dutra (2017).

No dia 14 de março de 2020 pela manhã - mesmo dia em ocorreu o “grande incêndio” - acompanhei a tradicional atividade de Ecotrilha organizada pelo Coletivo Visão Periférica. A atividade contou com aproximadamente 20 pessoas, sendo aproximadamente 6 condutores locais, moradores da Vila das Laranjeiras e/ou outras comunidades adjacentes, uma convidada

especial Iracema Gah Té Nascimento, liderança *kaingang* do Morro Santana e outros participantes que visitaram o Morro pela primeira vez. Nos encontramos aproximadamente às 7 e meia, no ponto de concentração em frente à uma academia na Av. Protásio Alves, poucos metros de distância de onde havia ocorrido a manifestação contra a falta d'água do dia anterior. Após um breve momento de acolhimento, onde foram expostas algumas recomendações a respeito do percurso, seguimos em caminhada pelas ruas das vilas Tijuca e Laranjeiras, transitando por alguns espaços comunitários importantes como a rádio comunitária A Voz do Morro, a Associação de Moradores da Vila Tijuca até a Biblioteca Visão Periférica, onde fizemos uma pausa para um pequeno lanche e os participantes puderam conhecer a biblioteca e levar doações. Aproximadamente às 8 e meia iniciamos a subida rumo ao ponto mais alto da cidade. Desde cedo, o sol forte causava desconforto em todos nós, que encaramos uma caminhada de aproximadamente 6 horas e 9km de percurso.

No meio da manhã, fizemos um intervalo para descanso embaixo de um bosque de eucaliptos, momento que foi reservado para Iracema compartilhar sua história e saberes com os demais. Sentamo-nos em roda e escutamos atentamente sua fala num tom baixo, calmo e profundo. Conforme já mencionamos no capítulo anterior, Iracema alertou a respeito do risco das queimadas no Morro Santana, ao observar que em muitos locais onde normalmente haveria nascentes e lagoas e estavam secos. Como resolução para essa questão, ela propôs uma técnica tradicional: para do solo: “plantar o inhame” para “puxar a água” do solo. Iracema propôs mutirões de plantio de árvores nativas e frutíferas no morro: “A cada subida que nós subir, vamos tentar subir após a chuva, pra nós trazer muda, se cada um traz uma muda, da frutas pros bichinhos, e começar e plantar as mudas de árvores nativas que existem aqui, misturar por aí.” (NASCIMENTO, 2020). Iracema ainda propôs a remoção das plantas exóticas, que de acordo com ela, interferem no crescimento da vegetação nativa: “aqueles pinus têm que tirar, que ali não nasce nada” (NASCIMENTO, 2020). Um dos dilemas em relação a essa questão é que as espécies invasoras se localizam em área da UFRGS, o que gera alguns entraves burocráticos. A professora Dra. Teresinha Guerra do Departamento de Ecologia do Instituto de Biociências da UFRGS afirma que é uma medida importante que deve ser feita “em comum acordo com a própria Universidade [...] se a Assessoria de Gestão Ambiental assumisse isso seria ótimo” (GUERRA, 2020, online).

A respeito das estratégias de prevenção e restauração da vegetação em relação a ocorrência de queimadas, existe algum nível de acúmulo de táticas já realizadas nos últimos anos pela comunidade, que vão desde iniciativas individuais ou localizadas - que ocorrem

geralmente em âmbito familiar - até coletivas - como mutirões de reflorestamento e intervenções de educação ambiental.

Figura 11 - Mutirão de Eco restauração após queimada.



Fonte: Silva (2018).

Um exemplo de ação coletiva foi observado no dia 28 de abril de 2018, quando algumas semanas após um grande incêndio na vegetação, o Coletivo Visão Periférica organizou um mutirão de reflorestamento da área em que foram plantadas mais de 50 mudas e sementes. Em matéria no Repórter Popular, o coletivo afirmou:

Quando queima, o fogo avança por onde o solo é seco, a ideia é fazer uma faixa de proteção vegetada que proteja as casas do avanço do fogo. Mais do que isso, sabemos que o principal é a prevenção, aprendermos a separar o lixo, não queimar, reciclar o seco e usar o orgânico como adubação. Então esse mutirão é só mais uma etapa do longo trabalho de educação ambiental que já estamos tocando e pretendemos avançar. (REPÓRTER POPULAR, 2018, online).

Outra ação de âmbito coletivo que pude acompanhar, aconteceu em dia 31 de maio de 2018, quando coletivos locais organizaram uma atividade de intervenção na região do “Borel”, que é próxima aos focos de incêndio e possui caixas d’água comunitárias que semanalmente são abastecidas por caminhões pipa do DMAE. A atividade trabalhou de maneira transversal a questão dos resíduos (a partir de um mutirão de limpeza de lixo) e os problemas de abastecimento de água, a partir de uma oficina de muralismo em uma das caixas d’água comunitária. De maneira coletiva, com participação principalmente das crianças, foi

feito um desenho do morro em verde, com a vila representada em preto e pintada em vermelho a frase: “O MORRO É NOSSO, NÓS SOMOS DO MORRO”.

Figura 12 - Intervenção nas caixas d'água (Morro Santana).



Fonte: A Voz do Morro (2018a).

Voltando ao relato de março de 2020, no dia seguinte à queimada, moradores relataram que se mobilizaram espontaneamente entre 50 e 70 moradores para combater as chamas: “o pessoal começou a subir, bater o fogo e tirar o resto se não tinha conseguido”. Os moradores atribuíram a proteção de suas casas do fogo a essa reação da comunidade: “se não fosse isso nós tinha perdido a casa”. Ora, a reação imediata dos moradores, que se uniram para combater o fogo com galhos e pás (já que não havia água nas torneiras), pode ser explicada pela recorrência desse problema em suas vidas e pela demora na resposta do corpo de bombeiros para atender ao chamado.

De acordo com Letícia, o episódio “mostra o quanto a gente não tem apoio externo” e por conta disso “[...] a gente acaba sempre resolvendo os problemas de maneira interna, de nós por nós mesmo, e se não fosse os moradores se movimentarem para tentar controlar o fogo possivelmente teria chegado até outras casas, teria matado famílias.” (NASCIMENTO, 2021). No dia seguinte, conversei com um morador que estava limpando vegetação na região que havia pegado fogo na noite anterior. Em sua fala, ele refletiu a respeito do acúmulo de resíduos na região e propôs alternativas para prevenção desses problemas:

[...] tem que manter limpo, tirar a grama seca. Essas árvores pra não deixar lixo acumular aí. [...] Agora como minha mãe vem morar aqui, nós vamos começar a manter limpo, uns 10 metros todo em volta da casa tudo limpinho, arrumadinho... (MORADOR 3, 2020).

Em 11 de outubro de 2020, voltei a visitar a mesma casa, e os moradores mostraram que haviam adotado algumas estratégias de prevenção a novos incêndios. Uma delas foi o cuidado para manter o terreno limpo e capinado numa região de aproximadamente dois metros acima da cerca divisória da casa, de acordo com uma moradora: "isso daí evita, né, de pegar fogo". Além disso, iniciaram uma horta no pátio de casa para alimentação familiar, em que plantaram: abóbora, milho, pepino, uva e outras árvores frutíferas. Essa mudança de hábitos da família em relação à limpeza do terreno, ao cuidado com os resíduos e ao plantio de hortaliças e frutíferas, pode ser associada a uma modalidade de ação que em âmbito individual ou familiar, mas que exerce influência no âmbito coletivo.

É interessante pensar a maneira como se dá esses vários planos de produção da vida e de contorno dessas situações de exposição de vulnerabilidade, como individual e coletivo se articulam e como um pode reverberar no outro. Muitas vezes, o embrião de certas iniciativas coletivas está justamente nessas experiências locais, que podem se difundir e se transformar em generalizáveis para o Morro todo, ou mesmo à outras comunidades que enfrentam situações parecidas. Essa relação de influência mútua entre as dimensões individuais e coletivas é observada por Sidney, que embora reconheça essa busca coletiva por soluções para os problemas ambientais, demonstra o quanto esse processo de enfrentar essas questões é capaz de influenciar as vidas de uma maneira subjetiva, como um “tipo de portal” que permite o “auto-conhecimento”: “[...] eu vejo esses problemas ambientais como uma oportunidade de ressignificação, como uma oportunidade de recomeço.” (BISPO, 2021).

Para além das respostas mais ou menos espontâneas da comunidade em relação às queimadas, Sidney elenca ainda outras ações preventivas que podem ser tomadas pela comunidade em conjunto com órgãos públicos competentes para minimizar seus impactos. Ele acredita na possibilidade de se criar uma “brigada comunitária contra incêndios” que recebesse uma “mentoria ou auxílio de bombeiros pontualmente, por mês ou por quinzena”. Destaca ainda a importância das “formações na área da saúde em relação aos primeiros socorros” e de “atendimentos psicológicos para a comunidade” (BISPO, 2021).

3.2 A rede de apoio mútuo em defesa da “Vida Digna”

Para Alexandre Magalhães [2020], a crise sanitária da Covid-19 revela “[...] ao menos no caso das nossas grandes cidades, a dimensão das desigualdades urbanas que a atravessam e se acumulam ao longo de sua história.” No caso brasileiro, a pandemia tomou tamanha proporção justamente devido às precariedades no acesso à infraestrutura urbana, ao acesso à água, ao saneamento básico, aos serviços de saúde e ao emprego formal. Essas desigualdades estruturais não são suficientemente levadas em conta e problematizadas em recomendações médicas, como aponta a nota do Grupo de Pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade:

Um olhar sociológico nos leva a questionar quais concepções de “pessoa” e “hábitos cotidianos” estão implícitas em recomendações médicas que encontramos na TV, jornais e redes sociais, e quem é invisibilizado por tais definições. Quem tem condições de trabalhar na modalidade *home office* e evitar aglomerações, por exemplo? Em um país no qual água encanada não é um direito universalmente consolidado, recomendações de saúde pública vistas como simples - por exemplo, lavar as mãos por cerca de vinte segundos com água e sabão a todo momento, utilizar álcool em gel - são restritivas ou até inviáveis para parte da população. (TEMAS, 2020, online).

Como já observamos no capítulo anterior, o Morro Santana enfrenta um problema recorrente relacionado às dificuldades de abastecimento de água, o que num contexto pandêmico poderia agravar a situação de crise sanitária. Por conta disso, nas semanas seguintes à eclosão da pandemia e a instauração das medidas de isolamento social, foi construída uma rede de local ajuda mútua - na qual participaram organizações como a rádio comunitária A Voz do Morro, o Coletivo Mães da Periferia, Associação de Moradores da Vila Tijuca e a RPC - que vinculada a campanha nacional de Luta Por Vida Digna buscou elaborar uma estratégia de combate aos efeitos sanitários e econômicos da pandemia do Coronavírus. De acordo com Telles et al (2020), redes de apoio como essa multiplicaram-se nas periferias brasileiras ancoradas em iniciativas já existentes, mobilizando “uma trama densa, construída ao longo de décadas, de coletivos e movimentos organizados”:

A pandemia fez acelerar, precipitar, transformar relações e articulações que já existiam, ancoradas no terreno concreto em que se condensa um acúmulo de experiência social, política e histórica de longa data. E é isso o que possibilita o desenvolvimento e a adaptação de práticas e repertórios, também a produção de novos arranjos e alianças. Iniciativas que se ancoram em coletivos locais, formas de ação e de articulação territorializadas, construídas ao longo dos anos, desdobram-se, no contexto da pandemia, em outras tantas ações e iniciativas. (TELLES *et al.*, 2020).

A partir da articulação dessa rede, criou-se uma campanha de arrecadação, hospedada na plataforma virtual *Vakinha Online*¹², com o apoio dos grupos GPSUIC, GPACE e ADUFRGS¹³ que obteve aproximadamente de R\$ 27 mil em doações, possibilitando, assim, a distribuição de cestas básicas e kits de higiene para a população do Morro Santana. A vaquinha foi divulgada no dia 23 de março, 12 dias após a confirmação do primeiro caso de Covid-19 notificado em Porto Alegre. O texto inicial de divulgação da vaquinha dizia o seguinte:

Com o avanço do covid-19 em Porto Alegre, medidas simples apontadas por médicos e especialistas como fundamentais no combate ao vírus, como lavar as mãos com água e sabão e usar álcool gel se tornam algo muitas vezes impossibilitado para várias parcelas da população. Especialmente no caso dos moradores de vilas e periferias, como é o caso do Morro Santana, experiência de cidade é marcada pela precariedade no acesso à serviços básicos, como saneamento básico e água encanada, a situação provocada pela pandemia pode se tornar um elemento de agravamento das condições de saúde e vida destas pessoas. (A VOZ DO MORRO, 2020, online).

Inicialmente, a experiência da vaquinha virtual mostrou-se eficaz para garantir minimamente que não faltasse o básico na mesa das famílias. Essa grande quantia arrecadada talvez se explique por se tratar de um momento inicial da pandemia, em que parte das camadas médias ainda tinha condições de apoiar. Outro ponto importante a se analisar é a rapidez na adequação da tática de solidariedade para o período, tendo em vista que o primeiro caso de Covid-19 foi notificado em Porto Alegre no dia 11 de março e a vaquinha foi divulgada no dia 23. Ao longo do ano, a vaquinha foi perdendo força, o que pode ser explicado por alguns motivos. Primeiramente, a amplitude da disseminação do vírus provocou a sensação de que “a pandemia veio para ficar”, o que pode ter causado um sentimento de refluxo dentre aqueles que inicialmente doaram para a campanha. Ao mesmo tempo, o aumento do custo de vida e o alto índice de desemprego colocou muitas pessoas que estavam numa situação mais confortável para apoiar numa situação de necessidade de amparo. A chegada das primeiras parcelas do auxílio emergencial também causou uma sensação de que a vaquinha já havia cumprido seu papel “provisório”, até que o Governo Federal tomasse as medidas cabíveis.

¹²O endereço eletrônico da arrecadação encontra-se em: <http://vaka.me/216038>. Acesso em: 10 maio 2021.

¹³Os Grupos vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul que contribuíram com a Vakinha online foram Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC), Grupo de Pesquisa Associativismo Contestação Engajamento (GPACE) e Sindicato dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul (ADUFRGS).

Pude acompanhar a maior parte dessas atividades virtualmente, por conta do isolamento social e estive presencialmente algumas dessas ações. Por conta dessas limitações, cabe aqui ressaltar que a vaquinha foi apenas uma das alternativas encontradas pela população para garantir a sobrevivência no período. Outras campanhas de solidariedade percorreram o território, destacando-se o papel de entidades como o Fundo das Mulheres POA e a própria articulação da assistência social via Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que garantiram a continuidade da distribuição de cestas básicas por vários meses. Outra iniciativa da rede foi a criação do grupo de *WhatsApp* “Apoio mútuo Morro Santana”, que atualmente conta com cerca de 60 participantes e tem a seguinte descrição:

Este grupo tem como objetivo reunir moradores e moradoras do Morro Santana, e arredores, afim de levantar quais precisam de auxílio (que estejam com falta de comida, remédio, tenham sido demitidos, etc) e as que podem ajudar, em função da crise que nos assola em função do Corona Vírus. Assim como divulgar informação confiável, e demonstrar que só podemos existir vivendo de forma coletiva. Proibida propaganda eleitoral.

No dia 26 de julho acompanhei a ação de distribuição de cestas básicas junto à comunidade da Vila Colina, situada no alto do Morro Santana, no bairro Jardim Carvalho, a ação integrou a Campanha de Luta por Vida Digna e beneficiou cerca de 30 famílias. Foi feita uma lista com o nome de mulheres responsáveis e a quantidade de integrantes de cada família, e assim calculada o tamanho da cesta básica. A liderança comunitária Tania Silveira (2020) explica: “[...] quem tem família grande vai levar um tipo e quem tem família pequena vai levar outro tipo.” Pude observar os cuidados preventivos adotados pela comunidade em relação a prevenção da Covid-19. Para receber o rancho, cada moradora na fila repetia o seguinte procedimento: passava álcool nas mãos, assinava uma lista de presença e recebia a cesta básica.

Figura 13 - Distribuição de cestas básicas na Vila Colina.



Fonte: Silva (2020).

Antes de iniciar a distribuição, Tania convocou uma roda com as mulheres presentes e fez um discurso motivador voltado para “[...] aquela mulher batalhadora, que sai 5 horas da manhã que nem eu [...] é esse tipo de mulher que eu preciso.” (SILVEIRA, 2020). O discurso de Tânia propôs possibilidades frente a desarticulação na comunidade gerada pela pandemia:

Cada uma vai pegar a sua garrafinha de álcool e eu vou expor lá no grupo: dia tal temos reunião mulherada, é importante. [...] Cada uma vai lavar suas mãozinhas com álcool e vamos conversar assunto do nosso interesse. [...] Ser pobre não é vergonha, a gente morar numa comunidade favelada não é vergonha, a vergonha é a gente não ter sinceridade e franqueza um com outro. A gente precisa ter isso aí, resgatar isso daí pra nossa vida e passar isso pra vida dos nossos filhos. [...] Que essa luta aqui não morra, que essa luta aqui permaneça, que é uma luta que vai durar muito tempo ainda mas vai passar. (SILVEIRA, 2020).

No dia 12 de setembro de 2020 acompanhei outra das distribuições de cestas básicas promovidas pela Campanha de Luta Por Vida Digna, organizada pelos coletivos Mães da Periferia, Associação de Moradores da Vila Tijuca, Resistência Popular. Na ação foram distribuídas 126 cestas a partir da arrecadação do Movimento Vegano Anticapitalista nas ocupações Jardim Continental e Giulian. Fiz o registro audiovisual da ação para o Repórter Popular, em que a moradora Letícia do Nascimento, fundadora do Mães da Periferia conta explica que a ação tem o intuito de “tentar diminuir o impacto do aumento absurdo dos valores da alimentação básica” e busca “modificar as estruturas de desigualdade dentro das comunidades” (NASCIMENTO, 2020). Outra moradora, Letícia Paola, que também integra o

Mães da Periferia, comenta sobre a importância do recebimento das cestas básicas, já que “[...] são famílias em geral grandes, com filhos, e o que elas recebem que tá sendo pouquinho não dura um mês de maneira alguma.”

O que a gente vê hoje em dia é uma redução de trabalho, muita gente desempregada [...] então a diferença do recebimento dessas cestas é imenso, eu mesmo fiquei muito feliz de receber. [...] Não adianta a gente ficar contando só com o governo em si, no momento em que acabar o auxílio como é que vai ser? (MORADORA 8, 2020, entrevista).

Ainda nessa ação, visando diminuir os impactos da crise sanitária, foram distribuídas 190 garrafas de sabão líquido que haviam sido produzidos de forma coletiva pelo Ateneu Libertário a Batalha da Várzea e a Resistência Popular. No rótulo do sabão constava a mensagem “a vitória está na mão de quem peleia”.

Figura 14 - Distribuição de cestas básicas e sabão na Ocupação J. Continental.



Fonte: Silva (2020).

De acordo com a prestação de contas feita pela RPC, entre 23 de março e 31 de dezembro de 2020 foram arrecadados aproximadamente R\$ 27 mil em doações, que possibilitou a compra de mais de 300 cestas básicas (R\$24.048,31) e mais de 600 litros de produtos de limpeza: água sanitária, detergente líquido, etc. (R\$3.193,15) que contemplaram famílias de várias regiões do Morro Santana, destacando-se as Vilas Tijuca, Jardim Continental, Laranjeiras, Giulian, Chocolateão e Colina. A vaquinha ainda teve uma margem de flexibilidade que permitiu atender demandas pontuais de moradores, por exemplo, com

gastos em farmácia (R\$368,24), almoço do dia das mães (R\$300,00), compra de leite em pó integral (R\$417,75), e o custeio da gasolina (R\$132,02).

Uma das inquietações apresentadas por Telles *et al.* (2020, online) está relacionada a essas formas de articulação e redes de apoio às populações mais atingidas pela pandemia que tem como fundo a “defesa da vida e das possibilidades de vida”. Os autores ponderam que “[...] não se trata [...] de fazer uma celebração edificante (ingênu?) das virtudes da solidariedade popular, muito menos compensar a dureza da catástrofe, mostrando “um outro lado das coisas”.

É um modo de perspectivar as questões postas no nosso presente, tentando apreender o campo político, de experimentação e conflito que parece se desenhar nas tramas variadas dessas iniciativas. Defesa da vida e das possibilidades de vida é a questão colocada no coração dessas movimentações, questão que, bem sabemos, não é de hoje, mas que se reconfigura sob a lógica das urgências, cifra dos tempos que correm e que haverá de se prologar para além do presente imediato da doença, das mortes e do luto. (TELLES, *et al.*, 2020, online).

A questão que está posta gira em torno da “defesa da vida” como “campo de batalha” e de “invenção política”, num contexto necropolítico em que os registros técnico-burocráticos expõem a contabilidade de contaminados, doentes e mortos nada dizem a respeito do “modo como a pandemia afeta mundos sociais, as interações e a trama de relações sociais, de vivências e experiências”. Os autores ressaltam que:

Nos modos de viver, trabalhar e habitar a cidade, nos modos como se vive, adocece e morre estão inscritas desigualdades e discriminações que vêm de longa data e, agora, se constelam de forma ainda mais aguda nas várias situações e contextos de vida e trabalho. Pois são esses mundos sociais que ganham forma e visibilidade nessas miríades de redes de apoio e plataformas digitais construídas nos últimos meses. (TELLES, *et al.*, 2020, online).

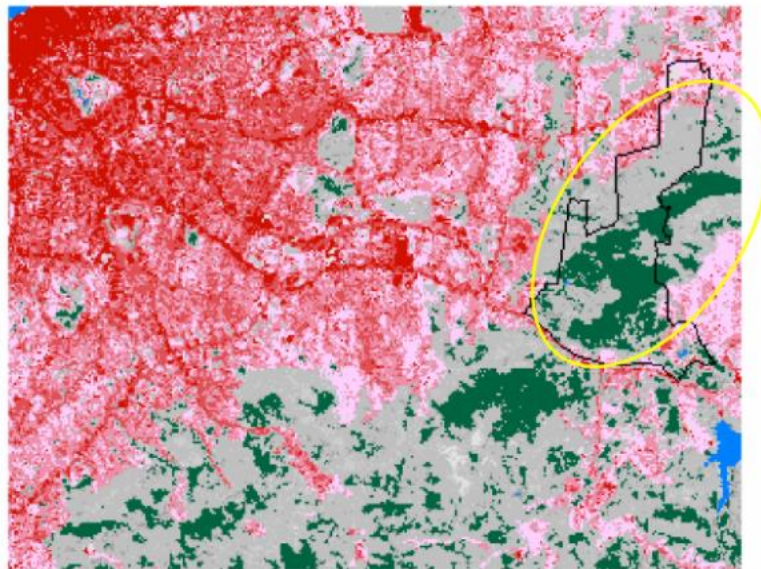
3.3 A luta pela Unidade de Conservação e o Programa de extensão “Preserve Morro Santana”

Outro agente que exerce grande influência no território é a UFRGS, que é proprietária de parte das terras do Morro Santana desde o século passado. O início da aproximação da Universidade com o morro se deu em 1910, a partir da inauguração do Instituto de Agronomia e Veterinária na face sul do Morro Santana, tornando-o a partir daí um campo em potencial para experimentação científica (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, c2021). Ainda na primeira metade do século XX, surgem tentativas de organização do crescimento de Porto Alegre através de estudos urbanísticos e os primeiros planos diretores,

contexto em que é elaborado o Plano Gladosh de 1939 em parceria entre a Prefeitura Municipal e a Reitoria da UFRGS que propõem o “Plano Piloto da Cidade Universitária de Porto Alegre”, prevendo a demarcação de uma área de 400 hectares no Morro Santana para uma futura “cidade universitária” (WIKIPÉDIA, 2021, online). Não houve uma construção imediata de prédios, mas a garantia de que nenhum empreendimento público ou particular que pudesse impossibilitar a expansão da área física da Universidade. Passaram-se anos até o Campus do Vale ser efetivamente inaugurado em 1977.

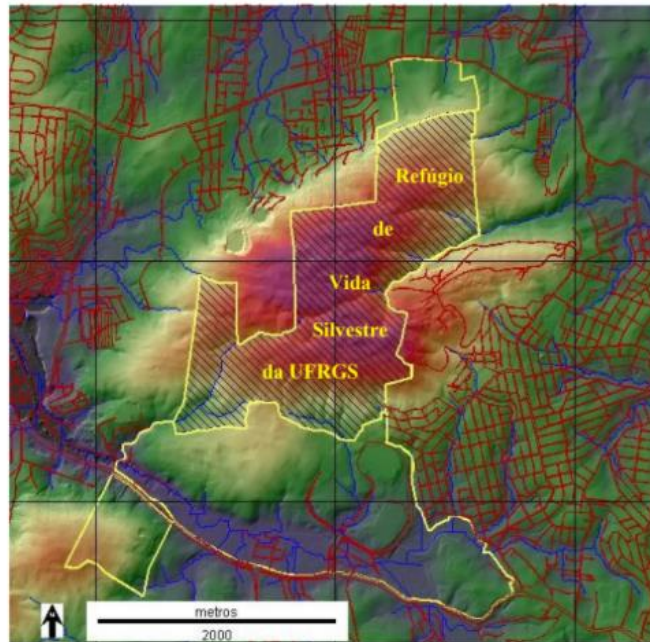
Atualmente a UFRGS detém 658,67ha de terras do Morro Santana (cerca de 60% de sua área total), onde se situam os Campus Agronomia e do Vale, além do prédio do Observatório Astronômico do Instituto de Física (que se encontra desativado). Ainda existe uma área de 321,12ha na qual está prevista a implantação de uma Unidade de Conservação (UC) no modelo Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) de acordo com a Decisão nº 243/2006 do Conselho Universitário da UFRGS, conforme as imagens abaixo:

Figura 15 - Imagem de satélite com a localização do morro Santana (círculo amarelo) e da área da universidade (limites em preto) em relação à malha urbana da cidade de Porto Alegre (em vermelho).



Fonte: UFRGS (2008).

Figura 16 - Área de abrangência do Refúgio de Vida Silvestre da UFRGS (REVIS).



Fonte: UFRGS (2008)

Um dossiê elaborado para implementação da UC Morro Santana (UFRGS, 2008) pontua que o planejamento de áreas de conservação deve contribuir para o desenvolvimento urbano de Porto Alegre de maneira compatível com as vocações naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida às populações do entorno. Também ressalta como vantagem a formação de “ilhas de frescor”, para manutenção da temperatura da área urbana. O Plano Diretor de Porto Alegre (PDDUA, Lei Complementar no. 434 de 1999), define os morros graníticos de Porto Alegre, como Áreas de Proteção ao Ambiente Natural e busca estabelecer um corredor natural entre os diversos morros, permitindo a manutenção da biodiversidade genética das espécies animais e vegetais. O dossiê prevê a construção de um ‘Plano de Manejo Participativo’ para gestão da área de maneira integrada com grupos de discussão e conselhos gestores. Afirma que como beneficiários diretos estão segmentos da comunidade universitária da UFRGS, bem como a “população urbana do entorno constituída pelas vilas Santa Isabel, Jary, Safira, Agrovét, Ipê, Cefer e Brasília” (UFRGS, 2008). Aponta ainda que comunidades dos municípios de Porto Alegre e Viamão serão beneficiadas indiretamente e lista uma série de ações que trarão benefícios diretos e indiretos para toda região de Porto Alegre, como:

- Promoção do resgate e preservação do patrimônio natural da UFRGS.
- Laboratório natural para atividades de graduação e pós-graduação, de fácil acesso e baixo custo.

- Ampliação de linhas de pesquisa, como por exemplo, o planejamento e gerenciamento ambiental de UC, abrangendo a formação de gestores de unidades de conservação e guardas-parque.
- Desenvolvimento de projetos de extensão (trilhas para Educação Ambiental e cursos de formação em Educação Ambiental). (UFRGS, 2008).

Porém mesmo passado mais de dez anos após decisões do Conselho Universitário da UFRGS¹⁴ e a elaboração do dossiê já mencionado anteriormente, a UC ainda não foi implementada. De acordo com a professora Teresinha Guerra (2020), um dos fatores que dificulta a implementação da UC está relacionado às questões burocráticas e políticas externas à Universidade, já que um dos entraves é que a atual legislação referente ao SNUC-Sistema de Unidades de Conservação (Lei 9.985/2000 e Decreto 4.340/2002) não prevê a possibilidade de gestão da área por autarquias federais como a UFRGS. De acordo com Guerra (2020, online), no período entre 2012 e 2016, quando o prefeito era José Fortunatti (PDT), houve tentativas de negociações políticas para que a própria Universidade pudesse administrar a área, que não foram concretizadas. Então se passou se trabalhar com a ideia de um “sistema de cooperação” onde se faria um “convênio de administração conjunta, mas a área pertenceria à universidade”. As negociações estavam avançando, porém ainda no governo Fortunatti iniciou-se uma desestruturação na Secretaria do Meio Ambiente (SMAM) que foi intensificada com o prefeito Nelson Marchezan Jr. (PSDB). Ainda de acordo com Guerra (2020, online), disputas dentro da Universidade tornaram esse processo “muito conflituoso”, principalmente por conta de divergências com o setor de infraestrutura da UFRGS que acabaram dificultando a execução: “Dentro da universidade tem um grupo muito forte que sempre foi contra. O objetivo deles é ocupar parte da área da universidade ao longo do tempo com construções [...] eles achavam que aquilo poderia ser um local de expansão no Campus do Vale.” De acordo com ela, se a Universidade tivesse mais dinheiro, “com certeza eles já estavam colocando prédio subindo o Morro”.

É interessante observar que a relação da Universidade com as comunidades do entorno é dúbia, marcada por conflitos e tensões, ao mesmo tempo em que se busca a construção de espaços de diálogo, contradição que reflete as disputas internas da própria Universidade, mencionadas por Guerra (2020). Em muitos casos, a Universidade cumpriu um papel semelhante ao de qualquer outro agente de poder heterônimo, porém, como destaca Baraldo

¹⁴A Decisão nº 61/2004 do CONSUN aprova a criação da UC (UFRGS, 2004); a Decisão nº 243/2006 delimita a área, sua classificação como REVIS, a denominação "Refúgio de Vida Silvestre da UFRGS" e a manutenção das atividades do Observatório Astronômico na referida área.

et al. (2016) “alguns – poucos – notáveis projetos de extensão” cumprem um papel de ampliar os diálogos com a população de maneira horizontal:

A UFRGS, em seu Plano de Gestão 2012-2016, se propõe a “Ampliar as Interações com a Sociedade” de acordo com “princípios de transparência, objetividade e responsabilidade social”. Para alcançar tal objetivo, não há melhor ponto de partida do que a comunidade residente do próprio entorno dos Campi. Entretanto, salvo alguns – poucos – notáveis projetos de extensão, o que vemos na prática são muros que segregam progressivamente o ambiente universitário e sua vizinhança. (BARALDO *et al.*, 2016, online).

Em um vídeo¹⁵ que produzimos em 2018, em função do projeto de extensão “Espaço Comunitário no Morro Santana”, numa relação de troca de saberes entre EMAV e Visão Periférica, buscamos compreender essa relação entre a UFRGS e a comunidade do Morro Santana. Perguntamos para moradores da Vila das Laranjeiras “Você conhece a UFRGS?” e obtivemos respostas como: “até eu sei, mas eu nunca tive lá né” e “eu sei que é uma faculdade, mas nunca tive nenhum conhecimento além disso”. Quando perguntamos para estudantes presentes no Campus do Vale “Você conhece o Morro Santana?” obtivemos respostas como: “Não muito”; “Mais ou menos. [...] Conheço a partir de saídas a campo para estudo da vegetação; e “eu já ouvi falar, vejo bastante notícias de veículos de mídia alternativa em redes sociais”.

Essa relação contraditória pode ser verificada em algumas situações - que não serão aprofundadas neste trabalho, mas serão mencionadas para ilustrar minha afirmação: a) a repressão à tentativa de retomada do território tradicional *kaingang*, em 2010¹⁶; b) a tentativa de fechamento da passagem entre o Campus do Vale e a Vila Santa Isabel, em contexto de cercamento do campus, em 2010;¹⁷ c) a tentativa de remoção da comunidade Vila Boa Esperança, em 2016¹⁸. São eventos em que a Universidade atuou institucionalmente, num

¹⁵O vídeo pode ser acessado em: <https://www.facebook.com/watch/?v=498950460939920>. Acesso em: 10 maio 2021.

¹⁶Em 2010, houve uma tentativa de retomada do território tradicional *kaingang* de uma área do Morro Santana pertencente à UFRGS, em protesto ao desmatamento de uma área cujo destino seria a construção do Parque Tecnológico. A ação foi reprimida com uma reintegração de posse e intervenção policial, porém acarretou na conquista o direito de acesso à área aos indígenas para coleta de matéria-prima. (FIOCRUZ, 2010).

¹⁷Em 2010 a UFRGS decidiu cercar o Campus Vale com a justificativa de “segurança”, a medida acarretaria no fechamento da passagem entre o Campus e Vila Santa Isabel (Viamão), impedindo a população de acessar o terminal de ônibus presente no Campus e tendo como opção somente os coletivos de Viamão, em que a passagem era R\$ 0,40 mais cara. Após protestos e uma articulação entre os moradores e estudantes da Universidade a Reitoria desistiu de cercar o acesso. (RÁDIO GUAÍBA, 2010).

¹⁸Em dezembro de 2016 a UFRGS moveu um processo de reintegração de posse contra 96 famílias que ocupavam uma área desde 1960, antes mesmo da Universidade tomar posse da área. Após uma luta que envolveu moradores, estudantes e movimentos sociais a comunidade conseguiu derrubar a ação de reintegração de posse. (REPORTER POPULAR, 2019).

primeiro momento, como um agente estatal qualquer, porém em função das mobilizações das comunidades, estudantes e professores, recuou em relação ao posicionamento inicial.

Figura 17 - Vila Boa Esperança comemora o fim da reintegração de posse.



Fonte: Repórter Popular (2019b).

Na busca por ampliar esses espaços de diálogo entre as comunidades e a Universidade e estimular a organização comunitária em defesa da preservação ambiental do morro, recentemente demos início ao programa de extensão “Preserve Morro Santana” na UFRGS, numa articulação entre o “enraizamento comunitário” (BISPO, 2021) presente no território do Morro Santana com o vínculo estabelecido com apoiadores acadêmicos. O programa, coordenado pelo Prof. Alexandre Magalhães foi proposto pelos próprios moradores da comunidade e vai de encontro com a análise do dossiê elaborado para implementação da Unidade de Conservação Morro Santana (UFRGS, 2008):

A proposta parte da constatação de que os moradores do Morro Santana enfrentam diferentes desafios relacionados à problemas ambientais provocados tanto pela expansão da fronteira imobiliária na região em que se localiza quanto por eventos climáticos extremos (que levam, por exemplo, a queimadas cada vez mais recorrentes), expondo-os à diferentes riscos. Pode-se observar também o desmatamento de áreas de mata nativa para a instalação de grandes empreendimentos, além do aumento de focos de acúmulo de lixo, poluição de nascentes e proliferação de doenças como resultado do acesso precário ao abastecimento de água, saneamento básico e coleta seletiva. Partindo de mobilizações previamente existentes promovidas por coletivos e organizações locais, a proposta aqui apresentada busca construir, em conjunto com moradores e esses grupos, estratégias de educação e preservação ambiental, geração de renda e resgate e preservação da memória. (PRESERVE MORRO SANTANA, 2021).

O programa “Preserve Morro Santana” conta atualmente com uma equipe de aproximadamente 20 pessoas, incluindo moradores de vilas e da comunidade *kaingang*, professores e estudantes de várias áreas de conhecimento. Estão vinculados a ele ainda três projetos específicos: “Projeto Horta: Aproximando Escola e Comunidade”; ‘UVAIA - Uma Visão Agrônômica Com Ideal Agroecológico”, e “Projeto Águas 2021: Lomba Do Pinheiro”. Espera-se que essa articulação extensionista consiga trazer à tona a importância da preservação ambiental do Morro Santana, a partir da construção de um plano popular de manejo socioambiental do território e da implementação da UC de uma maneira participativa e inter-transdisciplinar. Pretendo acompanhar o andamento do programa ao longo do meu projeto de mestrado, buscando articular extensão e pesquisa, em busca de soluções para os problemas ambientais enfrentados cotidianamente pela população.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho busquei discutir a respeito do impacto da crise ambiental global na das periferias brasileiras, bem como as formas encontradas pelas populações que habitam esses territórios para contornar tais efeitos. A partir das especificidades locais do Morro Santana, busquei analisar aspectos materiais e simbólicos presentes nas disputas em torno dos conflitos socioambientais envolvendo a especulação imobiliária e as populações que vivem em condições precárias de vida.

Na seção ‘Introdução’, além de delimitar o problema de pesquisa e apresentar a metodologia, busquei reconstituir o que se compreende por Morro Santana ontologicamente, a partir de uma série de categorizações a seu respeito.

Em seguida, na seção ‘Conflitos socioambientais’ apresentei reflexões acerca dos problemas socioambientais articulados com as condições de precariedade no território. Busquei compreender o território do Morro Santana retendo a cidade como “plano de referência”, observando como o convívio entre grandes empreendimentos imobiliários e/ou comerciais ao lado de comunidades pobres produz “polos de tensão e fricção”. A partir do relato de alguns eventos que trouxeram à tona os problemas socioambientais (falta de água, proliferação de doenças e queimadas) observamos a relação desses problemas com as dinâmicas necropolíticas presentes no contexto da realidade periférica.

E na terceira seção ‘Resistências’ busquei discutir a respeito das formas encontradas pelas populações que habitam esses territórios para contornar esses problemas e reafirmar a luta pela vida. A partir de relatos e entrevistas apresentei algumas formas de ação (individuais e coletivas) utilizadas pela comunidade (trilhas ecológicas, intervenções comunitárias, rede de apoio mútuo, programa de extensão).

Em meio a essa multifacetada crise - social, econômica, ecológica, política e civilizatória - precisamos pensar em propostas que se opõem à lógica do desenvolvimento capitalista. Para Alberto Acosta (2019, p. 18) “[...] a Humanidade pode e deve aprender com os povos que têm convivido comunitariamente e em harmonia com a Natureza, e que acumulam uma longa memória de vida” e o Bem Viver “nos permite começar a repensar e redesenhar as cidades convertidas em gigantescas máquinas de desolação e, em muitos casos, morte.” As experiências comunitárias observadas no Morro Santana se mostram capazes de tensionar o conflito urbano rumo à conquista de melhores condições de vida a partir de iniciativas solidárias, ecológicas e democráticas, ancoradas na defesa da vida.

É urgente que o poder público se responsabilize pela realização das melhorias no acesso aos serviços de abastecimento de água, nas condições sanitárias da comunidade. Além disso, compreende-se também que compete à UFRGS, pelo fato de ser proprietária de grande parte da área, um papel fundamental nas garantias de direitos à população ali residente. A implantação da Unidade de Conservação do Morro Santana é importante, desde que ela seja pensada de maneira participativa, através de um plano popular de manejo socioambiental associado aos projetos de extensão e educação ambiental e demais agentes comunitários que possuem anos de trabalho social no território.

Por fim, ressalta-se que esse é um estudo em fase preliminar de uma pesquisa mais ampla que irá ser aprofundado ao longo de meu projeto de mestrado, que buscará investigar o impacto das mudanças climáticas - em especial os eventos de Ondas de Calor - e sua correlação com as situações de precariedade (em relação a moradia, água, saneamento básico, resíduos, etc.) enfrentadas no território e os modos pelos quais poderiam ser evitados.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.

AIRES, Anderson. Piora lenta e gradual: chuva abaixo da média agrava situação no RS. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 5 mar. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2020/03/chuva-abaixo-da-media-agrava-situacao-no-rs-ck7f62up401qd01pq09rsnygv.html>. Acesso em: 10 maio 2021.

AMARAL, Eduardo. Moradores lutam para evitar incêndio em suas casas no Morro Santana. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 30 dez. 2019. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/moradores-lutam-para-evitar-inc%C3%AAndio-em-suas-casas-no-morro-santana-1.389952>. Acesso em: 10 mai. 2021.

ARÁOZ, Horacio Machado. **Mineração, genealogia do desastre**: o extrativismo na América como origem da modernidade. Tradução de João Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

A VOZ DO MORRO. Após queimada, comunidade organiza mutirão de restauração da vegetação. **Repórter Popular**, Porto Alegre, 2018a. Disponível em: <http://reporterpopular.com.br/apos-queimada-comunidade-organiza-mutirao-de-restauracao-da-vegetacao>. Acesso em: 18 abr. 2020.

A VOZ DO MORRO. Negligência dos bombeiros em incêndio no Morro Santana. **Repórter Popular**, Porto Alegre, 13 abr. 2018b. Disponível em: <http://reporterpopular.com.br/negligencia-dos-bombeiros-em-incendio-no-morro-santana/>. Acesso em: 10 maio 2021.

A VOZ DO MORRO. **Onde estão os bombeiros?** [imagem]. Porto Alegre, 12 abr. 2018c. Disponível em: <https://www.facebook.com/avoz.morro/photos/a.256941134486316/863173373863086/?type=3>. Acesso em: 10 maio 2021.

A VOZ DO MORRO. **Já basta!** Queremos água no Morro Santana! Porto Alegre, 10 mar. 2020. 1 vídeo, 1min6s. Disponível em: <https://www.facebook.com/avoz.morro/videos/3541391752598987/>. Acesso em: 15 maio 2021.

BALANÇO GERAL RS. Para a polícia a vítima foi executada. **R7**, Porto Alegre, 28 jul. 2018. Disponível em: <https://www.recordtvrs.com.br/balanco-geral-rs/videos/para-a-policia-a-vitima-foi-executada-28072018>. Acesso em: 10 maio 2021.

BARALDO, João Pedro *et al.* Morro Santana: um olhar fotográfico para sua conservação. **Pet Biologia UFRGS**, Porto Alegre, 3 ago. 2016. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petbiologia/2016/08/03/morro-santana-um-olhar-fotografico-para-conservacao/>. Acesso em: 15 maio 2021.

BEXIGA, Stéphanie Ferreira. **Banais como pedra**: as reflexões sobre natureza e meio ambiente de habitantes do entorno de uma pedreira em Porto Alegre (RS). 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em

Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/104868>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BISPO, Sidney. **Entrevista [arquivo pessoal do autor]**. Porto Alegre, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 e dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 243, p. 49, 19 dez. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 10 maio 2021.

CARDOSO, Adauto Lucio (org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. (Série Habitação e Cidade). Disponível em: https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/mcmv_adauto2013.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

CATAFESTO DE SOUZA, José Otávio. Territórios e povos originários (des)velados na metrópole de Porto Alegre. In: PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. Coordenação de Direitos Humanos. Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas. **Povos indígenas na bacia hidrográfica do Lago Guaíba**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2008, p. 14-24.

DADOS COVID-19 em Porto Alegre. Porto Alegre, 2020. Disponível em: https://mhbarbian.shinyapps.io/covid19_poa/. Acesso em: 5 jan. 2021.

DUTRA, Marcelo. **Arquivo pessoal [fotografia]**. Porto Alegre, 2017.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 35, p. 89-100, dez. 2015. Doi 10.5380/dma.v35i0.43541.

FIOCRUZ. Mapa de conflito envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. **RS: Índios Kaingang lutam para garantir território tradicional**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=rs-indios-kaingang-lutam-para-garantir-territorio-tradicional>. Acesso em: 10 maio 2021.

O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 35, jan./abr. 2014, p. 34-82, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/v16n35/a03v16n35.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

FLOSS, Mayara; BARROS, Enrique Falceto; SILVA, Luís Gustavo Ruwer da. **Curso EAD sobre Saúde Planetária**: módulo 2: ondas de calor e estresse por calor. Porto Alegre: TelessaúdeRS-UFRGS, 2020. 34 f. [apostila de curso].

FLOSS, Mayara; ILGENFRITZ, Carlos Augusto Vieira; BARROS, Enrique Falceto. **Curso EAD sobre Saúde Planetária**: módulo 1: Saúde Planetária e mudanças climáticas. Porto Alegre: TelessaúdeRS-UFRGS, 2020. 38 f. [apostila de curso].

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. 110 f. Disponível em: https://www.ufrgs.br/proext/wp-content/uploads/2015/10/PNE_07.11.2012.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

FREITAS, Ana Elisa de Castro. Nossos contemporâneos indígenas. In: FREITAS, Ana Elisa de Castro; FAGUNDES, Luis Fernando Caldas (org.). **Povos indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil**. Porto Alegre: Editoras Associadas, 2008. p. 5-13.

FRONZA, Eduardo Erpen. **Caracterizando Ondas de Calor no Centro-Sul do Brasil, de 1980 a 2019**. 2020. 48 f. Monografia (Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/218289>. Acesso em: 10 maio 2021.

G1 RS. **Incêndio atinge área de vegetação no Morro Santana, em Porto Alegre**. Porto Alegre, 13 abr. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/04/incendio-atinge-area-de-vegetacao-no-morro-santana-em-porto-alegre.html>. Acesso em: 5 mai. 2021.

GALISA, Cristine; SABALLA JÚNIOR, Léo. Menina de 2 anos é a primeira vítima de leishmaniose em Porto Alegre. **G1**, Porto Alegre, 30 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/11/menina-de-2-anos-e-primeira-vitima-de-leishmaniose-em-porto-alegre.html>. Acesso em: 10 maio 2021.

GASTAL, Susana. **Memória dos Bairros: Morro Santana**. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre, 1995. (Coleção Memória dos Bairros).

GAÚCHAZH. **Bombeiros controlam incêndio no Morro Santana, em Porto Alegre**. Porto Alegre, 20 out. 2015. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2015/10/bombeiros-controlam-incendio-no-morro-santana-em-porto-alegre-4882925.html>. Acesso em: 10 mai. 2021.

GAÚCHAZH. **Incêndio atinge área de vegetação no Morro Santana**. Porto Alegre, 27 dez. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/12/incendio-atinge-area-de-vegetacao-no-morro-santana-ck4ou4fxn010g01nv8wr3xag4.html>. Acesso em: 5 mai. 2021.

GUDYNAS, Eduardo. Trad. Igor Ojeda. **Direitos da natureza**. São Paulo: Editora Elefante, 2019. Disponível em: <https://elefanteeditora.com.br/produto/direitos-da-natureza/>. Acesso em: 15 mai. 2021.

GUERRA, Giane. Onde ficarão as duas megalojas que a Havan construirá em Porto Alegre. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 26 ago. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/giane-guerra/noticia/2020/08/onde-ficariao-as-duas-megalojas-que-a-havan-construira-em-porto-alegre-ckebwayk000i013gqe2qbhsx.html>. Acesso em: 5 mai. 2021.

GUERRA, Giane. Zaffari recebe liberação para construir um shopping Bourbon onde ficava a Gaúcha Cross. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 11 mar. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/giane-guerra/noticia/2021/03/zaffari-recebe-liberacao-para-construir-um-shopping-bourbon-onde-ficava-a-gaucha-cross-ckm3w0xkt00410198vtaco4ab.html>. Acesso em: 4 mai. 2021.

GULARTE, Jeniffer. Moradores do Morro Santana temem por novos casos de leishmaniose. **Diário Gaúcho**, Porto Alegre, 2 dez. 2016. Disponível em: <http://diariogauchoclicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2016/12/moradores-do-morro-santana-temem-por-novos-casos-de-leishmaniose-8580292.html>. Acesso em: 10 maio 2021.

HARTMANN, Marcel. Bairros pobres de Porto Alegre lideram casos e mortes por coronavírus. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/12/bairros-pobres-de-porto-alegre-lideram-casos-e-mortes-por-coronavirus-ckj0gusmi0003019w5qh2g79h.html>. Acesso em: 10 maio 2021.

HARVEY, David. **Uma breve história do Neoliberalismo**. Tres Cantos: Akal, 2005.

HARZHEIM, Erno. Plano Municipal de Intensificação das Ações de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, mar. 2017. 30 f. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cgvs/usu_doc/lvh_plano_de_intensificacao_fi_nal.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

HEURICH, Joyce. Incêndio de grandes proporções atinge vegetação no Morro Santana, em Porto Alegre. **G1**, Porto Alegre, 15 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/03/15/incendio-de-grandes-proporcoes-atinge-vegetacao-no-morro-santana-em-porto-alegre.ghtml>. Acesso em: 5 mai. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html>. Acesso em: 5 jan. 2021.

JACHETTI, Samuel Tibola. **Reurbanização no Morro Santana**. 2016. 20 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/164110>. Acesso em: 10 maio 2021.

JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renata. A pesquisa militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. **Direito e Práxis: Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 414-464, 2016. Doi 10.12957/dep.2016.21833.

KUNRATH SILVA, Marcelo. Poder comunitário e participação nos territórios. In: TEIXEIRA, Ana Claudia; ALMEIDA, Carla; MORONI (org.). **A democracia necessária e desejada: dilemas e perspectivas**. Marília: Lutas Anticapital, 2020. p. 99-106.

MAGALHÃES, Alexandre. As periferias na pandemia: explicitação da política de precarização e de exposição à morte. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**,

Pelotas, v. 8, n. 1, p. 80-86, jan./jun. 2020. Disponível em:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/18909>. Acesso em: 10 maio 2021.

MAGALHÃES, Alexandre. As periferias na pandemia. **IFCH UFRGS**, Porto Alegre, [2020]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/as-periferias-na-pandemia>. Acesso em: 10 maio 2020.

MAGALHÃES, Alexandre. **Preserve Morro Santana**. Porto Alegre, 2021. [Projeto de Extensão vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul].

MAROCCO, Marco Aurélio; SCOMAZZON, Carlos. Câmara aprova projeto que cria 15 bairros e altera delimitações. **Câmara Municipal de Porto Alegre**, Porto Alegre, 21 dez. 2015. Disponível em:
www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=25437&p_secao=56&di=2015-12-21. Acesso em: 10 maio 2021.

MARQUES, Eduardo. **Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Revan/Fapesp, 2000.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Artes & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 5 jan. 2021.

MBEMBE, A. **O direito universal à respiração**. Trad. Ana Luiza Braga. [S.l., 2020]. Disponível em: https://pospsi.com.br/wp-content/uploads/2020/09/TEXTOS_20-achille-mbembe.pdf. Acesso em: 5 jan. 2021.

MELO, D. A. C. de *et al.* **Curso EAD sobre Saúde Planetária: módulo 4: doenças infectocontagiosas sensíveis a mudança climática**. Porto Alegre: TelessaúdeRS-UFRGS, 2020. 46 f. [apostila de curso].

MENDONÇA, Milene Graís. Ecotrilha Literária promove doação de livros e preservação na periferia. **Notícia Preta**, abr. 2021. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/ecotrilha-literaria-promove-doacao-livros-preservacao-periferia/?amp=1>. Acesso em: 10 mai. 2021.

MENEGAT Rualdo. (coord.). **Atlas Ambiental de Porto Alegre**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

MERLIN, Guacira. Bombeiros combatem incêndio no Morro Santana em Porto Alegre. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre 18 jan. 2016. Disponível em:
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/01/bombeiros-combatem-incendio-no-morro-santana-em-porto-alegre-4955031.html>. Acesso em: 5 mai. 2021.

MORADOR(A). **Entrevistas diversas [arquivo pessoal do autor]**. Porto Alegre, 2020.

NASCIMENTO, Iracema Gah Té. **Entrevista [arquivo pessoal do autor]**. Porto Alegre, 2020.

NASCIMENTO, Letícia. **Entrevista [arquivo pessoal do autor]**. Porto Alegre, 2021.

NASCIMENTO, Iracema Gah Té *et al.* **História e cultura Kaingang**: Morro Santana, borboleta e a importância da natureza. Porto Alegre, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Água potável**: direito humano fundamental. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agua-potavel-direito-humano-fundamental/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PHILIPP, Ruy Paulo; VARGAS, Jacira Anton; DI BENEDETTI, Verônica. A memória geológica do centro antigo de Porto Alegre: o registro da evolução urbana nos prédios históricos e no urbanismo da cidade. **Pesquisas em Geociências**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 59-77, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PesquisasemGeociencias/article/view/17875/pdf>. Acesso em: 10 mai. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Departamento Municipal de Água e Esgotos - DMAE. **Press Kit**: problemas no abastecimento de água nas zonas Sul e Leste. Porto Alegre, 14 dez. 2017a. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_doc/dmaepresskit.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre. Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde. Equipe de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Boletim Epidemiológico**, Porto Alegre, n. 65, jun. 2017b. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cgvs/usu_doc/boletimespecial_leish_65.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Secretaria do Planejamento Municipal. **Projeto de Lei de limites dos bairros**. Porto Alegre, 2013. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/morro_santana.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

PROENÇA FERNANDES, Luiz Antônio. Toni esteve no Morro Santana com o Câmara na Comunidade. **Vereador Toni Proença**, Porto Alegre, 16 dez. 2011. Disponível em: <https://boletimtoniproenca.blogspot.com/2011/12/toni-esteve-no-morro-santana-com-o.html>. Acesso em: 10 mai. 2021.

RÁDIO GAÚCHA. Moradores de Viamão protestam contra cercamento de terminal de ônibus no Campus do Vale. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 19 nov. 2010. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/moradores-de-viam%C3%A3o-protestam-contracercamento-de-terminal-de-%C3%B4nibus-no-campus-do-vale-1.47093/>. Acesso em: 15 mai. 2021.

REINHOLZ, Fabiana. Periferias de Porto Alegre sofrem com falta de água durante pandemia de coronavírus. **Brasil de Fato**, Porto Alegre, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/24/periferias-de-porto-alegre-sofrem-com-falta-de-agua-durante-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 10 maio 2021.

REPÓRTER POPULAR. **Diretor do DMAE afirma que falta d'água vai continuar.** Porto Alegre, 18 jan. 2019a. Disponível em: <http://reporterpopular.com.br/diretor-do-dmae-afirma-que-falta-dagua-vai-continuar/>. Acesso em: 10 maio 2021.

REPÓRTER POPULAR. **Vila Boa Esperança comemora o fim da reintegração de posse.** Porto Alegre, 6 dez. 2019b. Disponível em: <http://reporterpopular.com.br/vila-boa-esperanca-comemora-o-fim-da-reintegracao-de-posse/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

REPÓRTER POPULAR. **Manifestação contra falta de água no Morro Santana.** Porto Alegre, 13 mar. 2020a. Disponível em: <https://www.facebook.com/1393229877434186/videos/191707848798035/>. Acesso em: 10 maio 2021.

REPÓRTER POPULAR. **Prefeitura de Porto Alegre demite funcionalismo do IMESF em plena pandemia.** Porto Alegre, 19 dez. 2020b. Disponível em: <http://reporterpopular.com.br/prefeitura-demite-funcionalismo-do-imesf-em-plena-pandemia/>. Acesso em: 10 maio 2021.

RESISTÊNCIA POPULAR COMUNITÁRIA - RPC. **Como combater fogo sem água? A importância da solidariedade em tempos de pandemia.** [Porto Alegre], 17 mar. 2020. Disponível em: <http://reporterpopular.com.br/como-combater-fogo-sem-agua/>. Acesso em: 10 maio 2021.

SANGALLI, Jessé. O prolongamento da Ipiranga até Viamão. **Jessé Sangali: 23200 vereador de Porto Alegre**, Porto Alegre, [2017]. Disponível em: <http://www.jessesangalli.com.br/prolongamento-da-ipuranga-ate-viamao>. Acesso em: 10 maio 2021.

SEIBT, Taís. Por que a leishmaniose avança no sul do Brasil e o que os cães têm a ver com isso. **BBC Brasil**, Porto Alegre, 27 out. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41753612>. Acesso em: 10 maio 2021.

SILVA, Luís Gustavo Ruwer da. De baixo para cima: a luta pelo direito à cidade no Morro Santana. **Repórter Popular**, Porto Alegre, 4 out. 2018a. Disponível em: <http://reporterpopular.com.br/de-baixo-para-cima-a-luta-pelo-direito-a-cidade-no-morro-santana/>. Acesso em: 10 maio 2021.

SILVA, Luís Gustavo Ruwer da. Quem matou Guaracy? **Repórter Popular**, Porto Alegre, 13 jul. 2018b. Disponível em: <http://reporterpopular.com.br/quem-matou-guaracy/>. Acesso em: 10 maio 2021.

SILVA, Luís Gustavo Ruwer da. **Arquivo pessoal [fotografia]**. 2018.

SILVA, Luís Gustavo Ruwer da. **Arquivo pessoal [fotografia]**. 2020.

SILVEIRA, Tânia. **Entrevista [arquivo pessoal do autor]**. Porto Alegre, 2020.

SUL 21. **Calor e baixa umidade podem ter sido causas de incêndio no Morro Santana.** Porto Alegre, 13 abr. 2018. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2018/04/calor-e-baixa-umidade-podem-ter-sido-causas-de-incendio-no-morro-santana/>. Acesso em: 5 mai. 2021.

TAVARES, João Pedro. Moradores em risco no Morro Santana. **Repórter Popular**, Porto Alegre, 11 out. 2017. Disponível em: <http://reporterpopular.com.br/moradores-em-risco-no-morro-santana/>. Acesso em: 10 maio 2021.

TAVARES, João Pedro. **Documentário**: em chamás. [2020]. 1 vídeo, 3m25s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?feature=youtu.be&v=zgNQEFZREr0&app=desktop>. Acesso em: 10 maio 2021

TELLES, Vera da Silva *et al.* (Micro)políticas da vida em tempos de urgência. **LabCidade**, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/micropoliticadas-vida-em-tempos-de-urgencia/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

TELLES, Vera da Silva. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 46, n. 1, jan./jun. 2015, p. 15-41. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2423>. Acesso em: 10 maio 2021.

TEMAS: Grupo de Pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade - UFRGS. A produção do social em tempos de pandemia. **IFCH UFRGS**, Porto Alegre, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/a-producao-do-social-em-tempos-de-pandemia>. Acesso em: 10 maio 2021.

TORRES, Pedro Henrique Campello; VIVIAN, Mariana Motta; SANCHES, Taísa de Oliveira Amendola. Produção capitalista do espaço e meio ambiente: ativismo urbano-ambiental e gentrificação verde no Brasil. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 689-713, set./dez. 2019. Doi 10.1590/2236-9996.2019-4601.

WIKIPÉDIA. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. [S.l.], 14 mar. 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Federal_do_Rio_Grande_do_Sul#:~:text=Em%201977%2C%20o%20Campus%20do,Universit%C3%A1rio%2C%20para%20atender%20aos%20estudantes. Acesso em: 10 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Agronomia. **Histórico**. Porto Alegre, c2021. Disponível em: <https://hospedagemphp.ufrgs.br/agronomia/joomla/index.php/a-faculdade/historico>. Acesso em: 15 maio 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Dossiê elaborado para a implementação da Unidade de Conservação e o Programa de extensão “Preserve Morro Santana”**. Porto Alegre, 2008. [documento não publicado].

VIANNA, Adriana; MAGALHÃES, Alexandre. Habitar a cidade e fazer a vida: questões sobre a existência em situações limite. In: BELLO, Enzo; KELLER, Rene José (org). Curso de direito à cidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2019.

VISÃO PERIFÉRICA. **Sobre a queimada do dia 12 de abril**. Porto Alegre, 16 abr. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivovisaoperiferica/photos/a.224430821068745.1073741828.23262644518896/927980754047078/?type=3&theater> 2018 -. Acesso em: 15 maio 2021.

VISÃO PERIFÉRICA. **Nota [a] respeito da queimada no Morro Santana.** Porto Alegre, 15 mar. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/visaoperifericapoa/posts/1487494731429008>. Acesso em: 15 maio 2021.